

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DISCIPLINA CNM 5420 - MONOGRAFIA

O COOPERATIVISMO DE CRÉDITO EM SANTA CATARINA

FERNANDA MORASCO

Florianópolis, agosto de 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

O COOPERATIVISMO DE CRÉDITO NO ESTADO DE SANTA CATARINA

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção de carga horária na disciplina CNM 5420 – Monografia.

Por: Fernanda Morasco

Orientadora: Prof^ª. Elizabete S. Flausino

Co-orientador: Prof^º. Dr. Luiz Salgado Klaes

Áreas de Pesquisa:

Palavras-Chaves: 1. Cooperativismo
2. Cooperativa de Crédito
3. Cooperativismo em Santa Catarina

Florianópolis, agosto de 2007

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota _____ a aluna Fernanda Morasco na
Disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Profª. Elizabete Simão Flausino
Presidente

Profº. Dr. Luiz Salgado Klaes
Membro

Profº. Dr. Roberto Meurer
Membro

AGRADECIMENTO

Agradeço a Professora Elizabete Simão Flausino pela orientação e suporte dado para a elaboração deste trabalho.

Agradeço ao Professor Luiz Salgado Klaes pelo auxílio no encaminhamento às instituições e documentos bibliográficos pertinentes ao estudo.

Agradeço a OCESC – Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina, em especial aos senhores Paulo, Milton e Laércio pela ajuda e colaboração nos envios de dados para a conclusão deste trabalho.

Agradeço aos funcionários da CREDIFIESC – Cooperativa dos Funcionários do Sistema FIESC, Sérgio, Ana Maria, Renato, Silvania, Maria Antonieta, Alessandra e Alice, pelos livros e documentos disponibilizados, além de todo o apoio e dos bons momentos nesta etapa da minha vida.

Agradeço a Zara pela companhia nas madrugadas mal dormidas.

Agradeço a meu namorado Fernando Roberto Amorim pela paciência, ajuda e pelo carinho que mais do nunca foi necessário.

Agradeço ao meu pai, Heitor Roberto Morasco, pelo exemplo de trabalho e determinação.

Agradeço a minha irmã, Roberta Morasco, que talvez nem saiba a importância e influência na minha vida.

E por último, e a mais importante, o amor da minha vida, minha mama Iracy Mariano Morasco, um exemplo de pessoa, mulher, esposa e mãe. Obrigada por tudo!

SUMÁRIO

Lista de Gráficos.....	08
Lista de Tabela.....	09
Lista de Quadros.....	10
Lista de Figuras.....	11
1 INTRODUÇÃO.....	11
1.1 Tema e problema.....	12
1.2 Objetivos.....	13
1.2.1 Geral.....	13
1.2.2 Específicos.....	13
1.3 Metodologia.....	14
2 HISTÓRIA DO COOPERATIVISMO.....	15
2.1 O Início do Cooperativismo.....	17
2.2 Cooperativismo no Brasil.....	19
2.3 Cooperativismo no Estado de Santa Catarina.....	20
3 COOPERATIVISMO.....	23
3.1 Doutrina Cooperativista.....	23
3.2 Conceitos Básicos.....	24
3.3 Precusores do Cooperativismo.....	25
3.4 Ramos do Cooperativismo.....	29
3.5 Princípios do Cooperativismo.....	33
3.6 Cooperativas.....	35
3.7 Direitos e Deveres.....	37
3.8 Estrutura de uma Cooperativa.....	38
3.9 Representação do Sistema Cooperativo.....	40
3.10 Dados Gerais sobre o Cooperativismo.....	44
3.10.1 Dados no mundo.....	44
3.10.2 Dados no Brasil.....	46
3.10.3 Dados em Santa Catarina.....	47
4 COOPERATIVA DE CRÉDITO.....	49
4.1 Cooperativa de Crédito no Mundo.....	49
4.2 Cooperativa de Crédito no Brasil.....	50

4.2.1 Histórico.....	50
4.2.2 Sistemas de Cooperativas de Crédito.....	53
4.2.3 Bancos Cooperativos.....	55
4.3 Cooperativas de Crédito no Estado de Santa Catarina.....	56
4.3.1 História do Cooperativismo de Crédito no Estado de Santa Catarina.....	56
4.3.2 Cooperativas de 2º Grau.....	56
5 DADOS DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO EM SANTA CATARINA.....	59
5.1 Cooperados e Cooperativas.....	59
5.2 Quadro de Funcionários.....	65
5.3 Origem dos Recursos e Empréstimos.....	66
6 CONCLUSÃO.....	72
6.1 Conclusão.....	72
6.2 Recomendações.....	76
Referências Bibliográficas.....	77

RESUMO

Além de analisar a evolução histórica do cooperativismo no Estado de Santa Catarina, no Brasil e no mundo, o presente trabalho expôs embasamento teórico referente a Doutrina e os Princípios Cooperativistas, bem como alguns conceitos relacionados ao tema, ideais dos principais precursores do assunto, a estrutura e a representação do Movimento Cooperativista. Como o cooperativismo de crédito foi um dos objetos de estudo deste trabalho, sua história e características, além de seu sistema estruturado foram relatados. O foco foi o desenvolvimento do cooperativismo de crédito no Estado de Santa Catarina durante o período de 2002 a 2006 e sua análise efetivou-se através de dados de organizações e instituições vinculadas ao cooperativismo, além de autores especializados na área. Apesar de certa estagnação referente ao número de novas cooperativas e da pequena participação dos catarinenses no ramo, verificou-se uma elevação no número de adeptos e no número e no montante de operações de crédito realizadas entre as cooperativas de crédito catarinenses e seus cooperados.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Cooperativas por Continente.....	46
Gráfico 02: Cooperados por Continente.....	46
Gráfico 03: Cooperativas no Brasil.....	47
Gráfico 04: Cooperados no Brasil.....	48
Gráfico 05: Cooperativas em Santa Catarina.....	49
Gráfico 06: Cooperados em Santa Catarina.....	49
Gráfico 07: Número de Cooperativas.....	61
Gráfico 08: Postos de Atendimento.....	62
Gráfico 09: Número de Cooperados em Santa Catarina.....	63
Gráfico 10: Classificação dos Cooperados.....	65
Gráfico 11: Participação do Jovem nas Cooperativas Catarinenses.....	65
Gráfico 12: Número de Contratos de Empréstimos Concedidos.....	68
Gráfico 13: Volume de Empréstimos Concedidos.....	69

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Número de Cooperativas de Crédito e Número de Agências.....	63
Tabela 02: Número de Habitante e Número de Cooperados em Santa Catarina.....	64
Tabela 03: Quadro de Funcionário das Cooperativas Catarinenses.....	67
Tabela 04: Origem dos Recursos.....	67
Tabela 05: Taxas de juros praticadas pelas instituições financeiras.....	69
Tabela 06: Número de Contratos de Empréstimos Concedidos na Área Rural.....	70
Tabela 07: Valores dos Empréstimos Concedidos na Área Rural (em mil reais).....	71
Tabela 08: Número de Contratos de Empréstimos Concedidos na Área Urbana.....	71
Tabela 09: Valores dos Empréstimos Concedidos na Área Urbana (em mil reais).....	72
Tabela 10: Número de Operações de Crédito em Santa Catarina.....	73

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Diferenças entre Sociedade Cooperativa e Sociedade Mercantil.....	38
Quadro 02: Estrutura do Sistema Cooperativo.....	42
Quadro 03: Graus das cooperativas.....	44

1 INTRODUÇÃO

Os avanços tecnológicos ocorridos durante o Século XIX, na Europa, registraram graves problemas de caráter social. Problemas conseqüentes da inovação e concentração de riqueza, responsáveis pela marginalização da classe operária inserida num contexto de desemprego e miséria crônica. A substituição das máquinas pelos operários, e da mão-de-obra feminina e infantil pela masculina, tornou o custo de produção mínimo e o lucro exorbitante para os industriais. A classe dominante prosperou devido ao aumento da produção, ao sucesso do comércio internacional e a falta de legislação trabalhista que permitia a degradação dos salários, do ambiente de trabalho e de moradia.

Respondendo ao descaso do Estado ao assunto, alguns pensadores descreveram organizações ideais de produção. Porém, grupos da sociedade, exaustos da relação de obediência e humilhação ao patrão industrial, se uniram em cooperativas a fim de melhorar o nível de vida. A primeira cooperativa do mundo constituiu-se em 1848, na Inglaterra, sob a modalidade de consumo. Os integrantes idealizaram o sonho de serem independentes dos exploradores donos de armazéns, além de alcançar, através da solidariedade e ajuda - mútua, uma vida melhor e digna.

Estabeleceram, portanto, que o cooperativismo é a busca da correção social pela atividade econômica. Além do mais, o cooperativismo é um movimento pacífico e ordeiro que busca adeptos através da educação cooperativista e não pela imposição de seu ideal. Assim, o homem se torna capaz de transformar a sociedade em que vive e trabalha, pois prima pela democracia e pela liberdade.

Após três anos da fundação da primeira cooperativa no mundo, foi fundada a primeira cooperativa de crédito na Alemanha. No Brasil, o cooperativismo desembarcou no Século XIX, no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais. No Estado catarinense, a primeira cooperativa era agrícola e constituiu-se em 1909 por imigrantes. A primeira cooperativa de crédito catarinense surgiu em 1932, no então distrito de Chapecó. Ainda hoje a mais antiga cooperativa de crédito do Estado continua em atividade, na cidade de Itapiranga.

Apesar da existência de 13 ramos do cooperativismo que atuam em todo o mundo, a modalidade crédito é mais organizada e consolidada. O Brasil conta com três sistemas e dois bancos cooperativos que auxiliam as cooperativas de crédito em todo território nacional. No Estado catarinense há a presença dos três sistemas cooperativos que são descritos mais adiante.

Apesar do Movimento Cooperativista ter-se expandido em uma velocidade considerável no país, seus princípios e fundamentos foram distorcidos devido a interesses individuais de pessoas que não compreenderam, ou não tiveram interesse em compreender, a importância e o significado das cooperativas na economia brasileira. Por este motivo, durante a Ditadura Militar, quase todas as cooperativas de crédito foram eliminadas.

Devido a atual ordem econômica, caracterizada pelo profundo intercâmbio comercial, as nações, principalmente as em desenvolvimento como a brasileira, estão expostas a crises econômicas decorrentes de tremores financeiros em diferentes localidades do mundo. Como consequência, há distorções de indicadores nacionais e a utilização de políticas agressivas que impactam o consumidor final. Um exemplo é o aumento da taxa de juros que prejudica os tomadores de empréstimo bancário.

Além destes fatores econômicos, aspectos de caráter sociais como concentração de recursos bancários em grandes centros, falta de solidariedade das relações financeiras vinculadas a excessiva busca de lucros, ausência de acesso ao crédito a camada mais pobre da sociedade e a má distribuição de renda, tornam as cooperativas de crédito essenciais para a sobrevivência das pessoas menos abonadas do Brasil. As cooperativas de crédito foram e ainda são, uma solução para as necessidades financeiras de vários segmentos da sociedade brasileira.

1.1 TEMA E PROBLEMA

O trabalho tem como base o estudo da herança cooperativista dos ingleses, a inserção do movimento no país e o desenvolvimento no Estado catarinense. Tem como finalidade mostrar a chegada e o desenvolvimento do Movimento Cooperativista de Crédito no Estado de Santa Catarina desde 2002 e suas consequências econômicas na região. O estudo baseia-se em dados adquiridos de livros de diferentes autores, porém focado em bibliografia e dados de organizações e instituições cooperativistas como OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras; OCESC – Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina; BANCOOB – Banco das Cooperativas do Brasil; BANSICRED – Banco Cooperativo do SICREDI; SICOOB – Sistema Cooperativo de Crédito do Brasil; UNICRED, entre outras.

Assim sendo, tendo como base os aspectos históricos de formação e de desenvolvimento mútuo dos associados de cooperativas, procura-se responder neste trabalho a

seguinte questão: **como se desenvolveram as cooperativas de crédito do Estado de Santa Catarina e qual sua atual situação, considerando-se o período de 2002 a 2006?**

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar o crescimento e a situação do cooperativismo de crédito no Estado de Santa Catarina, no período de 2002 a 2006.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Estudar a história do cooperativismo no mundo;
- Traçar um perfil histórico das experiências cooperativas no Brasil e em Santa Catarina;
- Mostrar os fundamentos do cooperativismo;
- Identificar a finalidade de uma cooperativa de crédito;
- Relatar o histórico do cooperativismo de crédito e seus modelos;
- Mostrar o desenvolvimento do cooperativismo de crédito no Estado catarinense;
- Analisa a situação das cooperativas de crédito no Estado de Santa Catarina no período de 2002 a 2006.

1.3 METODOLOGIA

Quanto ao tipo, esta monografia pode ser classificada como pesquisa aplicada, pelo fato de utilizar desenvolvimentos teóricos sobre certa realidade a ser estudada (Munhoz, 1989). Em relação a classificação com base em seus objetivos, é descritiva, pois utiliza a ferramenta de coleta de dados (Gil, 1991). Os objetivos do trabalho foram atingidos através da utilização de pesquisa bibliográfica de diferentes autores e sites da internet, além de dados coletados e disponibilizados pela OCESC e IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

2 HISTÓRIA DO COOPERATIVISMO

A primeira parte deste capítulo tem como foco apresentar uma base da história do Cooperativismo no mundo, no Brasil e no Estado de Santa Catarina. Inicialmente o assunto a ser tratado é o surgimento da primeira cooperativa formal composta por artesões ingleses e que ficam conhecidos mundialmente como os Pobros Pioneiros de Rochadale. Os objetivos, as conquistas alcançadas e os ensinamentos deixados pelos Pioneiros também serão tratados a seguir.

O segundo ponto a ser tratado é a chegada do cooperativismo no Brasil através dos imigrantes europeus. Para os historiadores, a primeira cooperativa brasileira é mineira e foi constituída em 1889. Segundo os autores, como explicado adiante, antes deste período a existência de cooperativas no país era inviável devido as condições sócio – econômicas nacionais que impediam o surgimento e desenvolvimento deste tipo de atividade.

E por último, é apresentado o Movimento Cooperativista no Estado de Santa Catarina. Movimento iniciado por volta de 1889, através da Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto. Porém, a COOPERPRIMA é considerada a pioneira no Estado catarinense, pelo fato de seu estatuto social da Sociedade Cooperativa do Rio dos Cedros ser oficializado na Assembléia Geral Ordinária (AGO) de 27 de maio de 1910.

Antes de delinear a história do cooperativismo no mundo e no Brasil, Menezes (2004), em sua obra *Cooperativa de crédito: o que é e quais seus benefícios* analisa o cenário econômico da Inglaterra, país onde nasceu a primeira cooperativa e da Europa, continente que sofreu várias e intensas transformações econômicas e sociais durante o Século XIX. Tendo como base a obra do autor acima mencionado, este capítulo será iniciado com uma breve contextualização do cenário econômico - social da Europa, tendo como foco a Inglaterra, durante o Século XIX.

Durante o Século XIX, a Europa passou por várias transformações sócio-econômicas decorrentes da ruptura do paradigma econômico vivenciado naquele período. A Inglaterra foi o principal berço dessas transformações que acabaram se difundindo, apesar de uma velocidade menor, para outros países europeus.

A ruptura mencionada anteriormente é caracterizada pela Revolução Industrial que mexeu nas bases industriais das empresas através da geração das grandes inovações. Os impactos econômicos e sociais conseqüentes da introdução das máquinas na produção industrial são claros. A produção é maior e intensa e o número de operários necessários para

esse aumento da produção é mínimo. Sob o ponto de vista econômico, os industriais lucraram muito mais do que antes e o país passou a ter maior poder de barganha. No entanto, o aspecto social dos países industriais sofreu fortes e graves consequências como o intenso desemprego.

Phillis Deane (apud. MENEZES, 2004, p. 151) descreve muito bem a extrema importância dos lucros para os industriais ingleses e a obrigação dos operários em relação ao trabalho:

A Inglaterra pedia lucros e recebia lucros. Tudo se transformava em lucro. As cidades tinham sujeira lucrativa, suas favelas lucrativas, sua fumaça lucrativa, sua desordem lucrativa, seu desespero lucrativo... Pois a nova cidade não era um lar onde o homem pudesse achar beleza, felicidade, lazer, conhecimento, religião e as influências que civilizavam a visão e o hábito, mas um lugar desolado, sem cor, ar ou riso, onde o homem, a mulher e a criança trabalhavam, comiam e dormiam... As novas fábricas e os novos altos-fornos eram como as pirâmides, mostrando mais a escravidão do homem do que seu poder, lançando sua longa sombra sobre a sociedade.

Como o comércio intercontinental prosperou, o número de relações de negócios aumentou bruscamente, possibilitando a formação e concentração de capitais na mão da classe dominante. A agravante desigualdade social consequente desta concentração de capital fez com que os industriais acumulassem fortunas, enquanto que a classe operária sofresse com a baixa remuneração. Neste período, não há legislação trabalhista para proteger o trabalhador e com isso, os operários se submetem a má remuneração, carga horária excessiva e um ambiente inadequado para o trabalho.

A expansão das indústrias algodoeiras inglesas intensificou a problemática social do país. A busca do custo mínimo de produção fez com que os industriais utilizassem mulheres e crianças como mão-de-obra ainda mais barata. Desde criança, os filhos já aprendiam a profissão dos pais para logo entrarem no mercado de trabalho. Além destes fatores, os investimentos ingleses na indústria naval, em minas e siderurgia ocasionaram a intensa migração dos camponeses do meio rural para a cidade e a chegada de estrangeiros em busca de trabalho e renda.

Edward McNall Burns (apud. MENEZES, 2004, p. 151) expõe de forma clara as características do trabalho, como a utilização da mão-de-obra barata e o espaço físico de trabalho inadequado, e o tipo de vida precária dos operários comparados a de escravos nas plantações americanas:

Fizeram elas (as máquinas), muitas vezes, com que homens robustos e capazes fossem aliçados de seus empregos pelo trabalho mais barato de mulheres e crianças. Além disso, muitas fábricas, particularmente as de tecidos, eram piores do que prisões. A atmosfera viciada, o calor sufocante, a falta de higiene, a par de horários intoleráveis de trabalho, reduziam inúmeros operários a pobres criaturas macilentas e minadas pela tísica, arrastando bom número deles ao alcoolismo e ao crime. As condições de habitação dos pobres eram abomináveis. Ainda em 1840, em Manchester, um oitavo das famílias da classe operária vivia em porões. Outras amontoavam-se em habitações coletivas, com até doze pessoas a morar num só cômodo. Eram tão pavorosas essas condições que os empregados das fábricas inglesas tinham, no começo do Século XIX, nível de vida inferior ao dos escravos nas plantações americanas.

2.1 INCÍCIO DO COOPERATIVISMO

Diante de tanta exploração e humilhação, a partir de 1840, 28 operários, maioria tecelões, começaram a se unir no intuito de organizarem e articularem mudanças de forma consciente e ordenada, que garantissem uma vida mais digna a todos os membros. Percebendo que os problemas existentes eram os mesmos, de aspectos financeiros, os tecelões conscientizaram-se que a solidariedade entre os membros do grupo seria uma forma inteligente de romper as dificuldades.

Concluíram que a solução para tais problemas era a constituição de um empreendimento em comum: um armazém cooperativo. Neste estariam disponíveis produtos como manteiga, açúcar, farinha de trigo, aveia, velas de sebo, carvão e outros artigos de necessidades básicas aos membros.

Inaugurou-se em 21 de dezembro de 1844, a Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale, a primeira cooperativa no mundo, de modalidade consumo, na cidade de Rochdale, Inglaterra. George Jacob Holyoake (apud. MENEZES, 2004, p. 153), um dos 28 tecelões, deixou o seguinte registro dias antes da inauguração do armazém:

Frustrados em suas pretensões, e sendo aqueles dias como um desses dias nevoentos, escuros e tristes de novembro, quando os dias são curtos e o sol, vencido pelo desgosto e pelo desânimo, parece não querer brilhar mais, alguns desses pobres tecelões, sem trabalho, quase sem pão e isolados completamente do ponto de vista social, reuniram-se com o objetivo de estudar o que fosse possível fazer para melhorar a situação de cada um, depois de várias reuniões e discussões, começaram a traçar ações para conseguir, através de ajuda mútua, o que lhes faltava...

Como se sentiam explorados pelos donos dos meios de produção e dos donos dos grandes armazéns, concluíram que se realizassem as compras em comum, poderiam garantir

uma vida mais digna. Também notaram que a tendência da miséria experimentada seria crescente ao longo dos anos e que algo teria que ser feito. Assim sendo, formularam um projeto, o qual era visto como uma reação pacífica e organizada à opressão dos agentes econômicos e políticos da época. (MENEZES, 2004)

Segundo Menezes, o projeto dos tecelões de Rochdale agregava os seguintes itens:

1. Abrir um armazém para o fornecimento de gêneros alimentícios, vestuário e outras utilidades mais imediatamente necessárias para os membros;
2. Comprar ou construir casas para membros que quisessem ajudar-se mutuamente, a fim de melhorarem as condições da vida doméstica e social;
3. Fabricar artigos que os associados julgassem convenientes, com o objetivo de proporcionar trabalho aos membros desempregados ou com salários insuficientes;
4. Organizar a produção e distribuição de bens e a educação, no seu próprio meio e com os recursos do grupo, como numa colônia autônoma em que todos os interesses e resultados fossem comuns;
5. Assegurar trabalho e renda para os trabalhadores;
6. Fomentar a poupança interna dos membros, em regime de economia mútua, para garantir o sucesso do empreendimento;
7. A Sociedade deveria abrir, em um dos seus ambientes físicos, um estabelecimento de temperança – local onde os membros necessitados aprendessem a se corrigir de vício, como o alcoolismo e
8. Deveria também auxiliar outras sociedades cooperativas que desejassem fundar colônias semelhantes.

Sem intenção, os Pioneiros de Rochdale, acabaram por formular a variedade de cooperativas hoje existentes: agropecuário, consumo, crédito, educacional, infra-estrutura, mineral, produção, saúde, trabalho, transporte, turismo e lazer e especial. Outra característica é o planejamento de sistemas de poupança interna para financiar os projetos cooperativos.

Pode-se dizer que o Projeto Educação é o mais interessante dos projetos dos Probos de Rochdale, pelo fato de ser de caráter educacional, além de ser a herança da educação cooperativista. O projeto tinha como finalidade escolher os membros mais capazes e cultos para ministrarem conhecimentos escolares e de formação comportamental para os outros membros. A importância deste projeto pode ser verificada pela velocidade da resposta do

mesmo: em 1849 a Sociedade criou a primeira biblioteca; em 1850 fundaram uma escola e em 1855, incluíram no estatuto que 2,5% das sobras destinariam a educação.

A importância e o sucesso da união dos Pioneiros de Rochdale na busca da vida mais digna e menos dependente da classe dominante da época, se espalhou pela Europa. A partir deste momento, a ideologia do cooperativismo foi recebida e abraçada por várias nações, as quais iniciaram novos empreendimentos.

Toad Lane (Boca de Sapo), apelido dado ao edifício em que o armazém cooperativo funcionava, se tornou em 1931 o Museu do Cooperativismo, funcionando como o templo do cooperativismo em todo o mundo.

2.2 COOPERATIVISMO NO BRASIL

Segundo Benato (1994), em 1610, iniciou-se a construção de um estado cooperativo através da fundação das primeiras Reduções Jesuítas no Brasil. Estas economias solidárias visavam o trabalho coletivo e o bem-estar do indivíduo e da família. Estas eram movidas pelo amor cristão e baseavam-se no princípio do auxílio mútuo (mutirão) dos integrantes. A prática deste tipo de economia solidária era encontrada entre os indígenas brasileiros e os povos primitivos.

De acordo com o Benato (1994), o início do Movimento Cooperativista no país se deu a partir de 1847, através do médico francês Jean Maurice Faivre. Juntamente com um grupo de europeus, o médico fundou, no Estado do Paraná, a Colônia Tereza Cristina. Apesar da breve existência, a colônia era organizada em bases cooperativistas.

Conforme Pinho (1977), a constituição de uma cooperativa no Brasil era inviável até 1888, pelo fato da estrutura sócio - econômica do país não permitir tal atividade. A existência da mão-de-obra escrava incapaz de se organizar e de representar um mercado de consumo e serviços é a razão para o obstáculo da criação das cooperativas.

Assim como em todo o mundo, as primeiras cooperativas brasileiras pertenciam à modalidade consumo. Segundo historiadores, há registros de uma cooperativa de consumo em 1889, em Ouro Preto, Minas Gerais. Para Menezes (2004), após o registro da cooperativa mineira, surgiram novas cooperativas como: em 1891, em Limeira – SP, entre funcionários da Companhia Telefônica; em 1894, no Rio de Janeiro, Cooperativa Militar de Consumo; em 1895, em Camaragibe – PE, Carlos Alberto de Menezes incentiva os operários a criarem uma

cooperativa dentro da própria fábrica; em 1897, Campinas – SP, Cooperativa de Consumo dos Empregados da Companhia Paulista de Estradas de Ferro; em 1913, em Santa Maria – RS, COOPFER – Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea.

Dentre todas as cooperativas acima citadas, a COOPFER merece destaque por dois motivos: seu caráter inovador e o fato de ter se caracterizado como a maior cooperativa da América Latina. Foram desenvolvidas redes de escolas primárias ao longo das linhas férreas para a alfabetização dos filhos dos ferroviários; fundaram a escola de “Arte e Ofícios”, a pioneira no ensino técnico; criaram a Casa da Saúde para atendimento médico aos cooperados e dependentes; criaram oficinas de marcenaria, eletricidade, tornearia, entre outros no intuito de prestar serviços aos cooperados; construíram um parque industrial de apoio com fábricas de sabão, torrefação e moagem de café, padarias, fábricas de bolachas, alfaiataria, farmácias, açougues com abatedouro próprio, entre outros. A COOPFER chegou a abranger 18.000 cooperados no auge do desenvolvimento do cooperativismo de consumo no país. Porém, a partir de 1960, o número de cooperativas de consumo sofreu uma queda exorbitante. Apenas 12% das cooperativas existentes em 1960 continuaram a funcionar em 1984, ou seja, de 2.410 cooperativas houve uma drástica redução para 292. (BENATO, 1994)

2.3 COOPERATIVISMO NO ESTADO DE SANTA CATARINA

Segundo a OCESC, a iniciativa cooperativista no Estado de Santa Catarina foi diferente, comparada ao dos outros estados do país. Historicamente, as cooperativas de crédito e de consumo foram as pioneiras em diversos estados, enquanto que em Santa Catarina, tem-se o surgimento de uma cooperativa agrícola.

O líder dos colonos da associação Societá Mútuo Socorro, criada em 1889, no Médio Vale do Itajaí, André Largura, viajou à Itália e à Alemanha na tentativa de estabelecer comércio do fumo catarinense no exterior. Como descrito pela OCESC, o líder não teve sucesso e ao retornar ao país foi nomeado cônsul italiano. Logo em seguida, conseguiu uma audiência com o Príncipe Ghevarado Pio de Savoia, onde expôs todos os problemas dos fumicultores catarinenses e da viagem nada próspera à Europa.

Como prometido pelo Príncipe, os pedidos dos fumos catarinenses cresceram substancialmente. Através do conselho do Príncipe, Ghevarado transformou a associação em

Sociedade Cooperativa do Rio dos Cedros. Esta se tornou conhecida internacionalmente devido a qualidade e a comercialização do fumo catarinense exportado.

Após anos de comercialização, a cooperativa foi liquidada e o prédio tornou-se a sede da Cooperativa Agrícola Mista do Vale Unido Ltda. (CAMVU), fundada em 1967 e incorporada pela Cooperativa Regional Agropecuária do Alto Vale do Itajaí (CRAVIL) em 1984.

Inácio Barzan e João Cancelier, imigrantes italianos no município de Urussanga, foram os precursores do cooperativismo no Sul do estado catarinense. Os imigrantes foram encorajados a constituir uma cooperativa através das cartas recebidas do primo Basilio Manarin que ficou na Itália.

Em 9 de fevereiro de 1909, os imigrantes reuniram 45 famílias de agricultores da localidade de Rio Maior, e constituíram a COOPERPRIMA, Cooperativa Prima do Rio Maior. A COOPERPRIMA é considerada como a pioneira do cooperativismo no estado catarinense e ficou bastante conhecida em todo país pela banha suína e cereais produzidos pelos seus cooperados comercializados nos principais centros do país.

Os imigrantes tiveram ampla participação na criação de outras cooperativas agrícolas no Estado como a de Nova Veneza e Criciúma (1910), Armazém, Azambuja e Urussanga Baixa (1911) e Belverde (1913). De todas as cooperativas, apenas a COOPERPRIMA prosperou, pois o restante anteriormente mencionado foi liquidado por volta de 1917.

As primeiras cooperativas no Oeste catarinense surgiram na década de 20 e foram inspiradas pelas Caixas Rurais União Popular, criadas no Rio Grande do Sul, em 1902, pelo padre jesuíta Theodor Amstadt. As duas primeiras cooperativas, uma de consumo e crédito e outra uma caixa rural cooperativa, criadas respectivamente em 1925 e 1926, situavam-se em Concórdia.

Como consta em **O cooperativismo catarinense**, o sucesso da caixa rural cooperativa que completou mais de 25 anos de existência, propiciou o surgimento das cooperativas de laticínios, que foram de grande importância para a produção leiteira e fabricação de queijos na região.

A crise econômica mundial decorrente da quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque, 1929, propiciou o surgimento de lideranças da produção primária, agricultura e agroindústria com a finalidade de resolver os problemas financeiros em comum. Assim sendo, o Movimento Cooperativista ressurgiu com intensidade.

No Estado, o movimento recomeçou no Oeste com a Cooperativa de Agricultores de Cunha Porã, em 1931, a qual não prosperou. Em 1932, foi constituída a Caixa Rural União

Popular de Porto Novo, hoje Cooperativa Rural de Itapiranga. A sociedade Cooperativa Palmitos, hoje Cooperativa A 1, foi fundada em 1933. Apesar destas duas últimas cooperativas passarem por dificuldades, continuaram em atividade mesmo depois das alterações estatutárias de razão social e das áreas de atuação.

Em Canoinhas, Norte do Estado, foi fundada a Cooperativa dos Produtores de Mate de Canoinhas Ltda., em 1934. Outras cooperativas foram criadas em Mafra (1937) e em Campo Alegre (1938).

O Movimento Cooperativista desacelerou durante a década de 40. Foram constituídas apenas duas cooperativas em Blumenau e uma em Imbituba.

Durante a década de 50 o Movimento Cooperativista voltou a expandir e assim várias cooperativas foram inauguradas. A partir de 1964, os governos Federal e Estadual liquidaram grande parte das cooperativas catarinenses, pelo fato das mesmas não seguirem os objetivos que as próprias cooperativas traçaram e por não obedecerem aos princípios cooperativistas.

Após a criação da OCESC, Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina, em 1971, as novas cooperativas passaram a seguir o padrão exigido pela legislação cooperativista então vigente.

3 COOPERATIVISMO

3.1 DOUTRINA COOPERATIVISTA

A Doutrina Cooperativista, segundo Benato (1994), é uma doutrina econômico-social que tem por finalidade a busca do social através do econômico. Por estar voltada ao homem, a doutrina cooperativista é de caráter humanista.

Para Pinho (1977), a doutrina cooperativista busca a correção do social pelo econômico através de associações de fim predominantemente econômico, ou seja, cooperativas. Nas palavras de Benato (1994, p. 19): “A doutrina cooperativista, no seu ideário maior, visa corrigir o meio econômico-social pela promoção de um sistema não lucrativo de produção e de distribuição, baseado no conjunto interativo de compras e vendas em comum”. Corrêa (2000) afirma que este sistema não lucrativo busca obter o preço justo através do trabalho e ajuda mútua.

Segundo o mesmo autor, a Doutrina Cooperativista é filosófica, é um movimento pacífico e ordeiro, consciente que não pode ser radical de forma a impor o ideal cooperativista através da coação e violência. Benato (1994, p.19) alega que a Doutrina Cooperativista precisa de uma apreciação, avaliação e aprovação da sociedade que a estuda, analisa e aceita: “A doutrina não é imposta, é absorvida pela própria sociedade que a adotou como sendo a melhor.”

Corrêa (2000) afirma que a Doutrina Cooperativista prima pela liberdade econômico-social, pela democracia e pela solidariedade. Para Benato (1994, p.19): “Na liberdade de ser e na igualdade do ser está a solidariedade que se incorpora à doutrina como fator de união e de interação”.

A prioridade da doutrina cooperativista, para Benato (1994), é a capacidade do homem de transformar a sociedade onde vive, trabalha e se realiza. O autor defende a idéia de que o homem é transformado pela Doutrina Cooperativista. O homem substitui o espírito de lucro e concorrência pela cooperação e solidariedade.

Ao contrário de Benato, Corrêa (2000) afirma que o cooperativismo também busca a competitividade e satisfação dos cooperados para garantir a sua sobrevivência. A Doutrina Cooperativista precisa de adaptar devido as grandes transformações como introdução de novas tecnologias, informação e globalização. Por isso, a educação cooperativista é essencial

ao movimento: “A educação é essencial a todos os tipos de cooperativas, sendo fundamental que o movimento invista na promoção da imagem cooperativa e informe o mundo sobre a diferença cooperativa, baseada nos valores do cooperativismo, tendo como impacto benéfico o de servir seus membros e a comunidade em que opera.” (CORRÊA, 2000, p. 19)

3.2 CONCEITOS BÁSICOS

Para o melhor entendimento do tema abordado neste estudo, é preciso conhecer os conceitos básicos referente ao cooperativismo. Segue abaixo, os conceitos de cooperar, cooperação, cooperativismo, cooperado e cooperativa preconizados pela OCESC (2003):

Cooperar

Deriva etimologicamente da palavra latina “Cooperari”, formada por “cum” (com) e “operari” (trabalhar), e significa agir simultânea ou coletivamente com outros para o mesmo fim, ou seja, trabalhar em comum para o êxito de um mesmo propósito.

Cooperação

Método de ação pelo qual os indivíduos ou famílias com interesses comuns constituem um empreendimento. Neste, os direitos de todos são iguais e o resultado alcançado é repartido somente entre os integrantes na proporção da participação societária nas atividades.

Cooperativismo

É uma doutrina, um sistema, um movimento ou simplesmente uma atitude ou disposição que considera as cooperativas como uma forma ideal de organização das atividades sócio-econômicas da humanidade.

Cooperado

Cooperado é o produtor rural, o trabalhador urbano ou outro profissional, de qualquer atividade sócio-econômica, que se associa para participar de uma cooperativa, cumprindo com os seus deveres e observando os seus direitos.

Cooperativa

Cooperativa é uma associação de pessoas com interesses comuns, organizada economicamente e de forma democrática, com a participação livre de todos os que têm idênticas necessidades e interesses, com igualdade de deveres e direitos para a execução de quaisquer atividades, operações ou serviços.

“Cooperativa é uma associação autônoma de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida”. (ACI, 1995)

3.3 PRECURSORES DO COOPERATIVISMO

Como mencionado no capítulo anterior, a ordem econômica vivida no período da Revolução Industrial foi devastadora no âmbito social. Enquanto uma pequena parcela da população européia enriquecia constantemente, a miserável classe operária se expandia. (OCESC, 2003)

Para Pinho (1977), a concorrência desenfreada entre pequenas unidades de produção; a repercussão negativa da Revolução Industrial na classe operária; as crises cíclicas; a ausência de legislação trabalhista e previdenciária e a proibição de qualquer forma de associação de defesa dos profissionais resultaram em lutas entre os produtores, trabalhadores e entre ambos. A concorrência entre os produtores eliminou e absorveu as empresas marginais. Em relação à concorrência entre os trabalhadores destacam-se a inserção da mão-de-obra feminina e infantil no quadro de funcionários das indústrias, a presença de máquinas no processo produtivo e o desemprego em massa devido às depressões econômicas que baratearam a mão-de-obra européia. Por último, o anseio dos industriais pela liberdade

contratual, longa jornada de trabalho e salários que apenas garantiam a sobrevivência dos operários, cravou a luta entre as duas classes.

Estudiosos europeus, destacando os ingleses, franceses e alemães, passaram a estudar os problemas e as classes sociais da época. Segundo OCESC (2003), estes estudiosos descobriram formas ideais de organização sócio-econômica que a classe operária deveria seguir no intuito de alcançar a felicidade e o bem-estar. Estes estudiosos são considerados os precursores do cooperativismo e não poderiam deixar de ser mencionados neste trabalho.

P. C. Plockoy

Conforme Oliveira (1979), Plockoy recomendou, em 1659, que artesãos, agricultores, marinheiros e professores de artes e ciências, se organizassem em associações de cooperação integral.

John Bellers

Conforme os dados da OCESC (2003), Bellers imaginou as Colônias Cooperativas de Trabalho com 300 a 3000 cooperados. Esta união permitiria a redução das despesas, eliminando lucros de intermediários financeiros e interferências de terceiros.

Michel Derrion

Conforme informado por Oliveira (1979), Derrion fundou ao todo sete armazéns sociais de gêneros de primeira necessidade. Estes armazéns permitiam uma relação mais próxima entre os negociantes e os consumidores, adquirindo produtos com preços melhores.

O responsável pelo armazém era o gerente, eleito através do conselho de administração que representava os consumidores. Dentre suas funções, o conselho tinha o direito de inspecionar os produtos e preços para garantir a veracidade das operações para os consumidores. Outra responsabilidade do conselho era garantir aos consumidores a segurança do capital empregado.

Os resultados obtidos através das vendas, que eram à vista e a preço de custo, eram distribuídos em quatro partes: uma de estímulo aos empregados; outra para obras sociais, outra como dividendos às pessoas que levavam capitais e outra distribuída entre os associados.

Apesar de ser, como consta em Oliveira (1979), historicamente a primeira aplicação do princípio de retorno registrada, em 1838, todos os armazéns foram fechados devido a reação dos comerciantes e dos governadores.

Robert Owen

O Pai do Cooperativismo nasceu em 1771, Inglaterra, e quando criança aprendeu as funções do pai artesão. Antes mesmo de completar 30 anos, Owen se tornou um dos maiores industriais do continente europeu.

Conforme Pinho (1977), Owen combateu o lucro e a concorrência, os principais causadores das injustiças sociais, em sua opinião. Como o lucro superpõe o preço de custo, Owen concluiu que os operários jamais comprariam o produto de seu próprio trabalho. Para Owen, a produção através de cooperativas seria benéfica para a sociedade como um todo, pelo fato de pôr fim a divisão social entre operários e patrões e suprimir os desequilíbrios entre produção e consumo, evitando as crises econômicas. (Pinho, 1977)

Oliveira (1979) descreve a preocupação do industrial em relação às condições de vida e de trabalho dos operários. Em um ato contrário aos industriais da época, Owen reduziu a jornada de trabalho, regulamentou o emprego da mulher e recusou crianças como funcionários em suas fábricas. Pinho (1977, p. 76) relata a iniciativa do inglês:

Owen transformou a grande fábrica de fios de algodão de New Lanarck (Escócia) em colônia-modelo: trabalhadores, muito deles viciados, provenientes de meios heterogêneos, tornaram-se homens dignos: o alcoolismo foi substituído pela sobriedade, as arruaças pela ordem etc. As crianças, a partir de dois anos, eram educadas em escolas. Reduziu a jornada de trabalho de 14 horas para 10 ½ horas; os menores de 10 anos foram proibidos de trabalhar. Criou amparo a velhice, bem como medidas previdenciárias até então desconhecidas; quando uma crise algodoeira provocou a paralisação das fábricas por falta de matéria-prima, durante quatro meses, Owen continuou a efetuar os pagamentos, sem descontos.

Como os demais industriais não se interessaram pelas suas idéias, Owen mudou-se para os Estados Unidos e fundou cinco repúblicas baseadas na propriedade coletiva constituídas por 2500 operários. Devido a uma série de circunstâncias como a má qualidade dos artigos, produção excessiva, custo de produção mal calculado e principalmente ao despreparo do país para graus tão superiores de cooperação, todas as Republicas fracassaram.

Segundo os dados da OCESC (2003, p. 11):

Mesmo sem obter relevante sucesso em empreendimentos dessa natureza, a sociedade inglesa e a de outros países ficam devendo a ele e a seus inúmeros seguidores, a fundação de cooperativas e sindicatos, talvez a mais importante lição comunitária na sociedade moderna tenha advindo da experiência de Owen, quando tenta conciliar o incentivo individual com uma eficiente decisão no processo democrático. Ao final de sua vida, apesar dos insucessos a ele atribuídos por setores do empresariado elitista de sua Pátria e da Europa, merece da sociedade e de todo o mundo o reconhecimento de ter sido um brilhante industrial, reformador e Pai do Cooperativismo Moderno.”

Willian King

Segundo Oliveira (1979), médico de alta cultura com interesses na cooperação como o meio de eliminar os males da sociedade moderna e criar melhores formas de vida, fundou em 1827, uma cooperativa em Brighton, conhecida como Union Shops. Todo o lucro do fundo era destinado a compra de terras ou casas para cada cooperado. Em 1834 as Unions Shops desapareceram.

L`Ange

Como consta em Oliveira (1979), L`Ange publicou em 1792, o esboço do sistema cooperativo de nacionalização dos alimentos. A preocupação de L`Ange era o preço justo dos produtos alimentícios.

Incentivou a formação de cooperativas entre agricultores e Estado. Neste caso, o Estado disponibilizaria o capital e os agricultores, juntamente com os consumidores se responsabilizariam pela administração da cooperativa.

Charles Fourier

Francês, nascido em 1772, contrário aos comerciantes e a concorrência e preocupado com a educação em comum das crianças. (Oliveira, 1979) Conforme Pinho (1977), Fourier, em uma de suas obras, incentivou a formação de falanstérios, unidades auto-suficientes que permitiriam reformar a sociedade.

Os falanstérios eram como grandes hotéis cooperativos que abrigavam 1500 pessoas em regime comunitário. Assim, criava um ambiente de convívio entre ricos e pobres, substituindo o sentimento de competição pelo o de cooperação. (Pinho, 1977)

Phillippe Buchez

Belga, nascido em 1796, preconizou associações de produção de capital social perpétuo, indivisível, impessoal e inalienável que assegurava a estabilidade da associação e seria sempre acrescido pela entrada de novos associados. (Oliveira, 1979)

Louis Blanc

Nascido em Madri, 1814, publicou em 1839 o livro **Organizações do Trabalho**, no qual culpa a concorrência pelas crises sociais. Também proclamou, conforme Oliveira (1979), o direito do trabalho como “o mais sagrado dos direitos”.

É considerado um dos criadores do socialismo no Estado e o teórico das Associações Cooperativas de Produção. Para Blanc, as associações, apesar de autônomas, dependeriam da ajuda do estado de caráter transitório. Foram fundadas 56 cooperativas baseadas nas teorias de Blanc, porém não prosperaram devido a falta de crédito governamental, capacidade técnica e reações contrárias de comerciantes.

3.4 RAMOS DO COOPERATIVISMO

Como descrito pela OCB (2004), desde 1993 o quadro da nomenclatura do Sistema Cooperativo Brasileiro foi atualizado pela própria OCB. No total são 13 ramos do cooperativismo: agropecuário, consumo, crédito, educacional, especial, habitacional, infraestrutura, mineral, produção, trabalho, saúde, transporte e turismo e lazer.

Os treze ramos estão presentes desde o Século XX, porém alguns com sólida história de um século, enquanto que outros são recentes e ainda estão enfrentando o desafio da estruturação. Apesar desta diferença, para todos os ramos são aplicados os princípios e valores do cooperativismo.

Agropecuário

O ramo agropecuário é formado por produtores rurais, agropastoris e pescadores. Como mencionado pela OCB (2004), este ramo foi sinônimo de cooperativismo no país durante décadas devido a sua força e importância na economia.

Ainda segundo OCB, entende-se por cooperativa agropecuária aquela que presta certos serviços aos cooperados como comercialização da produção conjunta, armazenamento, industrialização e assistências técnica, educacional e social.

Segundo Cardoso (2005), as cooperativas agropecuárias brasileiras são de grande importância para a economia nacional. Além de participarem ativamente da organização e desenvolvimento da agricultura, as atividades destas cooperativas estão presentes no abastecimento do mercado interno e nas exportações, registrando expressiva representação na balança comercial brasileira.

Consumo

Inicialmente as cooperativas de consumo eram fechadas e chegou a ter centenas delas no início do Século XX. Porém, o início da incidência de ICM, Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias, diminuiu o poder de competitividade dos preços praticados pelas cooperativas. Muitas delas fecharam e as que mantiveram suas atividades viram-se obrigadas a tornarem-se abertas. Hoje, este ramo busca o fortalecimento e a competitividade através da modernização da administração e investimentos em capacitação e treinamento dos funcionários. (OCB, 2004)

Crédito

Segundo OCB (2004), o crédito foi um dos primeiros ramos a se organizar no país. Ele atua no crédito rural e urbano. Apesar de quase ser extinto pelo governo durante as décadas de 60 e 80, é o ramo mais consolidado do cooperativismo no país. Possui três sistemas: SICREDI, SICOOB e UNICREDI, e dois bancos cooperativos: BASICREDI e BANCOOB.

As cooperativas de crédito têm como objetivo disponibilizar aos cooperados maior facilidade de acesso ao mercado financeiro através de melhores condições comparadas as das instituições tradicionais.

Educacional

O ramo educacional é constituído por cooperativas de alunos de escola agrícola e cooperativas de pais de alunos. Segundo o informado pela OCB (2004), a primeira cooperativa educacional brasileira foi constituída em 1982, através da união de pais de alunos que almejavam ensino de qualidade e preço justo para seus filhos. Assim, formaram a primeira escola.

A administração das escolas cooperativas é de responsabilidade dos pais e professores, os quais promovem a educação com base na democracia e cooperação, sem estimular a competição.

Especial

Este segmento do cooperativismo é formado por pessoas em situação de desvantagem como: deficiências física, sensorial e psíquica, ex-condenados ou condenados a penas alternativas, dependentes químicos e adolescentes a partir de 16 anos em difícil situação familiar econômica, social ou afetiva. As cooperativas visam a inserção destas pessoas no mercado de trabalho, geração de renda e a conquista de sua cidadania. (OCB, 2004)

Habitacional

Segundo a OCB (2004), o ramo habitacional é composto por cooperativas de construção, manutenção e administração de conjuntos habitacionais. O objetivo destas cooperativas é viabilizar a moradia dos associados através de construções habitacionais a preço justo. Embora a primeira cooperativa habitacional tenha surgido em 1951, o ramo se organizou somente em 1992.

Infra-estrutura

Para OCESC (2003), as cooperativas do ramo infra-estrutura objetivam prestar coletivamente um serviço que o quadro social necessita. Preenchem lacunas das concessionárias de energia em regiões de baixo consumo. (OCB, 2004)

Segundo a OCB (2004), o ramo existe desde 1941 e hoje é formado por cooperativas de eletrificação rural. As cooperativas atendem pequenas e médias propriedades rurais e são responsáveis pela construção de rede, produção, geração, manutenção, operação e distribuição de energia elétrica.

Mineral

O ramo mineral é composto por cooperativas de mineradores e atua na pesquisa, extração, lavra, industrialização, comércio, importação e exportação de produtos minerais. As cooperativas deste ramo estão presentes, principalmente, em pequenas e médias jazidas que não despertam interesses nas mineradoras. (OCB, 2004)

Produção

Segundo OCB (2004), o ramo produção baseia-se na união de um grupo de profissionais com objetivos comuns na exploração de diversas atividades produtivas para produzir bens e produtos como donos do seu próprio negócio, estimulando o empreendedorismo.

Trabalho

O ramo trabalho é constituído por cooperativas de profissionais de atividades afins que prestam serviços a terceiros. As cooperativas do ramo têm como finalidade melhorar a remuneração e as condições de trabalho.

Saúde

Para OCESC (2003), o ramo saúde é composto por cooperativas de profissionais especializados na promoção da saúde como médicos, dentistas, psicólogos entre outros. Segundo dados da OCB (2004), um dos maiores convênios de saúde do país, a UNIMED, é um Sistema Cooperativo.

Transportes

É o mais novo dos ramos, criado em 2000. O ramo é composto por cooperativas de transporte de cargas e passageiros. Apesar de recente, já é forte e bem estruturado. (OCB, 2004)

Turismo e Lazer

Segundo a OCB (2004), o ramo foi criado em 2000 devido ao potencial turístico brasileiro. As cooperativas do ramo visam à prestação de serviços turísticos, artísticos, de entretenimento, esportes e hotelaria por profissionais desta área.

3.5 PRINCÍPIOS DO COOPERATIVISMO

Conforme OCESC (2003), os Princípios Cooperativos são linhas orientadoras, através das quais as cooperativas levam seus valores à prática.

Segundo Oliveira (1979), a iniciativa dos tecelões ingleses repercutiu na evolução dos fatos sócio-econômicos. A importância adquirida pelo sistema cooperativo no mundo confirmou-se em 1930, durante o Congresso do ACI, em Viena, quando questionando sobre a utilização dos Princípios Rochdaleanos pelas cooperativas.

Apesar de terem existido cooperativas na Inglaterra e Escócia entre 1816 e 1840, os Pioneiros de Rochdaleanos são considerados o marco histórico do cooperativismo, pelo fato de criarem, adotarem e incorporarem os princípios no Estatuto Social em 1844. (Oliveira, 1979) Segundo OCB (2004), os Rochdaleanos formularam um modelo bem-sucedido de regras de funcionamento e gestão.

Durante o Congresso de Paris, em 1937, Os Princípios Rochdaleanos foram estabelecidos como os Princípios Cooperativos a serem utilizados por todas as cooperativas no mundo. (OCB, 2004). Considerando os princípios um pouco ultrapassados, realizaram-se duas pequenas alterações durante os Congressos de Viena e de Londres, em 1966 e em 1995, respectivamente.

Com base em MacPherson (2003), segue abaixo os sete Princípios Cooperativos aprovados pela ACI durante o Congresso de Londres, em 1995:

Princípio da Adesão Livre e Voluntária

As cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços e assumir as responsabilidades como membros, sem discriminação social, racial, política, religiosa e de sexo.

Gestão Democrática e Livre

Cooperativas são organizações democráticas controladas pelos seus membros, que participam ativamente no estabelecimento de suas políticas e na tomada de decisões. Homens e mulheres servindo como representantes eleitos são responsáveis pela filiação. Em cooperativas primárias, os membros possuem direitos de votos iguais (um membro, um voto), e cooperativas em outros níveis também são organizadas de uma maneira democrática.

Participação Econômica dos Sócios

Os membros contribuem equitativamente para o capital das suas cooperativas e controlam-no democraticamente. Parte deste capital é, normalmente, propriedade comum da cooperativa. Os membros recebem, habitualmente, se houver uma remuneração limitada ao capital integralizado, como condição de sua adesão. Os membros destinam excedentes a uma ou mais das seguintes finalidades: desenvolvimento das suas cooperativas, eventualmente através da criação de reservas, parte das quais, pelo menos, será indivisível; benefícios aos membros na proporção das suas transações com a cooperativa; apoio a outras atividades aprovadas pelos membros.

Autonomia e Independência

Cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas pelos seus membros. Se firmarem acordos com outras organizações, incluindo instituições públicas, ou recorrerem a capital externo, devem fazê-lo em condições que assegurem o controle democrático pelos seus membros e mantenham a autonomia da cooperativa.

Educação, Formação e Informação

As cooperativas proporcionam educação e treinamento para seus membros, representantes eleitos, gerente e empregados para que eles possam contribuir efetivamente ao desenvolvimento de suas cooperativas. Informam o público em geral, especialmente jovens e líderes de opinião – sobre a natureza e os benefícios da cooperação.

Intercooperação

As cooperativas servem de forma mais eficaz os seus membros e dão mais força ao movimento cooperativo trabalhando em conjunto, através das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais.

Responsabilidade Social

As cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades através de políticas aprovadas pelos membros.

3.6 COOPERATIVAS

Segundo Oliveira (1979), as cooperativas são sociedades de pessoas, sem fins lucrativos, de natureza civil, não sujeitas à falência. Conforme Melissa (2003), as cooperativas são organizações de cooperação voluntária concebida como modelo alternativo à concorrência capitalista. São organizações democráticas, cuja administração e gestão devem efetuar-se de forma acordada pelos sócios, que têm os mesmos direitos e o mesmo poder para participar da tomada de decisão.

Conforme a definição da Lei 5.764/71, as cooperativas (Oliveira, 1979, p. 49):

Art. 3º- Celebram contrato de sociedades cooperativas as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivos de lucro.

Art. 4º- As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para preparar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características:

- I- adesão voluntária, com numero ilimitado de associados, salvo possibilidade técnica de prestação de serviços;
- II- variabilidade do capital social, representando por quotas-partes;
- III- limitação do número de quotas-partes do capital para cada associado, facultando, porém, o estabelecimento de créditos de proporcionalidade, se assim for mais adequado para o cumprimento dos objetivos sociais;
- IV- inacessibilidade das quotas-partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade;
- V- singularidade de voto, podendo as cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, com exceção das que exerçam atividades de crédito, optar pelo critério da proporcionalidade;
- VI- *quorum* para funcionamento e deliberação da Assembléia Geral, baseado no número de associados e não de capital;
- VII- retorno das sobras líquidas do exercício proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral;
- VIII- indivisibilidade dos fundos de reserva e de assistência técnica, educacional e social;
- IX- neutralidade política e discriminação religiosa, racial e social;
- X- prestação de assistência aos associados, e, quando prevista nos estatutos, aos empregados da cooperativa;
- XI- área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços.

Diferentemente das sociedades mercantis, as sociedades cooperativas baseiam-se nos valores de ajuda mútua, solidariedade, equidade, democracia e igualdade. O Quadro 1 tem como objetivo ilustrar o comparativo entre estas duas sociedades (OCESC, 1996):

Quadro 1: Diferenças entre Sociedade Cooperativa e Sociedade Mercantil

Sociedade Cooperativa	Sociedade Mercantil
Foco no homem	Foco no capital
Cooperados são donos e usuários da sociedade	Sócios vendem seus produtos e serviços a uma massa de consumidores
Cada pessoa conta com um voto na assembléia	Cada ação ou quota conta um voto na assembléia
Controle é democrático	Controle é financeiro
Uma sociedade de pessoas que funciona democraticamente	Uma sociedade de capital que funciona hierarquicamente
As quotas são intransferíveis a terceiros	As quotas podem ser transferidas a terceiros
Afasta o intermediário	São, grande parte das vezes, os próprios intermediários
Resultados retornam aos sócios de forma proporcional às operações	Dividendos são pagos proporcionalmente ao numero de ações
Aberta à participação de novos cooperados	Limita, por vezes, a quantidade de acionistas
Valoriza o trabalhador e suas condições de trabalho e vida	Contrata o trabalhador como força de trabalho
Defende preços justos	Defende o maior preço possível
Promove a integração entre as cooperativas	Promove a concorrência entre as sociedades
O compromisso é educativo, social e econômico	O compromisso é econômico

Fonte: OCESC, 1996

3.7 DIREITOS E DEVERES

Conforme OCESC (2003), os cooperados são donos e usuários dos serviços das cooperativas, portanto responsáveis pela execução dos atos e conservação dos objetivos estabelecidos. No intuito de alinhar as responsabilidades e os direitos dos cooperados diante da cooperativa, segue lista informando os direitos e deveres dos cooperados:

Deveres

- Participar das Assembléias;
- Operar com a cooperativa;
- Aumentar seu capital na cooperativa;
- Aceitar decisão da maioria;

- Votar nas eleições da cooperativa;
- Cumprir seus compromissos com a cooperativa;
- Denunciar falhas;
- Não comentar falhas da cooperativa fora dela;
- Manter-se informado a respeito da cooperativa;
- Acompanhar os eventos de educação cooperativista.

Direitos

- Votar e ser votado;
- Participar das operações da cooperativa;
- Receber retorno proporcional às suas operações no final do exercício;
- Examinar livros e documentos;
- Convocar Assembléia caso seja necessário (conforme legislação);
- Solicitar esclarecimentos ao Conselho de Administração;
- Opinar e defender as suas idéias;
- Propor medidas de interesse da cooperativa;
- Demitir-se da cooperativa e receber seu capital, de acordo com o Estatuto.

3.8 A ESTRUTURA DE UMA COOPERATIVA

Como qualquer tipo de instituição, associação ou empresa, as cooperativas também necessitam de uma estrutura organizacional. Conforme Filho (1999), as cooperativas apresentam estruturas mínimas, porém de acordo com a lei garantindo os Princípios Cooperativos mencionados anteriormente neste mesmo capítulo.

A estrutura da cooperativa é composta por cinco órgãos: Assembléia Geral, Assembléia Geral Ordinária, Assembléia Geral Extraordinária, Conselho de Administração e Conselho Fiscal. Conforme OCESC (2003), estes órgãos administram a sociedade cooperativa responsabilizando-se pela formação de capital; conservação do patrimônio; direção dos negócios; administração dos serviços prestados e representação de toda a sociedade para preservação dos mais diversos interesses.

Seguem as características dos órgãos componentes da estrutura básica de uma cooperativa:

Assembléia Geral

Segundo Oliveira (1979), a Assembléia Geral é o órgão supremo da sociedade cooperativa, dentro dos limites legais estabelecidos no estatuto. A importância da Assembléia Geral relaciona-se com o poder que o órgão possui em tomar decisões de interesse da própria cooperativa. (Oliveira, 1979) Durante a Assembléia Geral, além da responsabilidade coletiva (OCESC, 2003), os cooperados também exercem o direito ao voto, e é assim, através da maioria dos votos que as decisões são tomadas dentro de uma sociedade cooperativa. (Oliveira, 1979)

Conforme Oliveira (1979), a convocação da Assembléia Geral é realizada no mínimo com dez dias de antecedência e os editais são afixados em locais nas dependências de comum acesso entre os cooperados, além da publicação em jornal.

Assembléia Geral Ordinária

Segundo Oliveira (1979), a Assembléia Geral Ordinária é realizada obrigatoriamente, uma vez por ano, dentro dos três primeiros meses após o término do exercício social. Se o prazo não for respeitado, deverá ser convocada uma Assembléia Geral Extraordinária.

A Assembléia Geral Ordinária tem como objetivo a deliberação sobre: prestação de contas, relatórios, planos de atividades, destinação de sobras ou rateio de perdas, fiscalização de honorários, cédula de presença, eleição dos Conselhos de Administração e Fiscal, e quaisquer assuntos de interesse dos cooperados. (OCESC, 2003)

Assembléia Geral Extraordinária

Conforme OCEC (2003), a Assembléia Geral Extraordinária realizar-se-á sempre que houver necessidade de deliberação de qualquer assunto, este devidamente identificado no Edital de Convocação. A aprovação das deliberações é realizada pela votação de 2/3 dos membros presentes. (Oliveira, 1979)

É de competência exclusiva da Assembléia Geral Extraordinária a deliberação dos seguintes assuntos: reforma do estatuto; fusão, incorporação ou desmembramento; mudança

do objetivo da sociedade; dissolução voluntária da sociedade e nomeação de liquidantes e contas do liquidante. (Oliveira, 1979)

Conselho de Administração

Segundo dados da OCES (2003), o Conselho de Administração corresponde ao órgão superior na administração da cooperativa, e tem o poder de decidir sobre qualquer assunto de interesse da cooperativa e dos cooperados, dentro da legislação e Estatuto Social.

Conforme Filho (1999), os membros do Conselho da Administração compõe a Diretoria Executiva e os membros, Presidente, Diretores Financeiro e Administrativo, são eleitos através de votos durante a Assembléia Geral. O mandato de duração e renovação da Diretoria Executiva é definido no Estatuto Social de cada cooperativa.

Conselho Fiscal

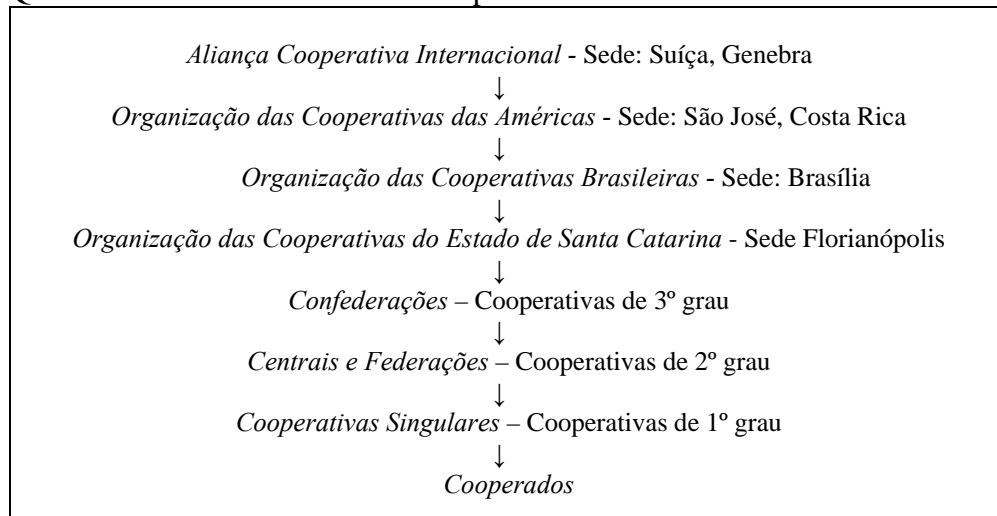
O Conselho Fiscal tem por objetivo zelar pela seguridade dos interesses da cooperativa, através da fiscalização do Conselho Administrativo, das atividades e operações realizadas pela própria cooperativa. (OCESC, 2003)

Conforme Oliveira (1979), o Conselho Fiscal é composto por três membros efetivos e três suplentes, todos eleitos durante a Assembléia Geral. É proibida a participação, neste conselho, parentes de até 2º grau da Diretoria Executiva e parentes do mesmo grau entre si. Também é vedada a participação do mesmo membro nos cargos do Conselho Fiscal e Diretoria durante o mesmo mandato. (Oliveira, 1979).

3.9 REPRESENTAÇÃO DO SISTEMA COOPERATIVO

O Sistema Cooperativo é representado por órgãos de várias magnitudes, como uma Cooperativa Central de um estado ou região até a Aliança Cooperativa Internacional. O Quadro 2 ilustra a estrutura do Sistema Cooperativo, mostrando os laços existentes em todo país e o resto do mundo e sua importância e eficiência para o aprimoramento e crescimento do Cooperativismo.

Quadro 2: Estrutura do Sistema Cooperativo



Fonte: OCESC, 2003

Aliança Cooperativa Internacional – ACI

ACI é uma organização não-governamental independente, fundada em 1895, Londres, Inglaterra e hoje tem como sede a cidade suíça Genebra. (Banco Central do Brasil, 2006) Conforme OCESC (2004), a ACI é uma entidade de representação mundial que tem como finalidade representar, congregar e defender o Movimento Cooperativista em todos os países onde o cooperativismo está presente, divulgar a doutrina e preservar os Valores e Princípios Cooperativistas. (OCESC, 2004)

No intuito de mensurar a importância da ACI no mundo, é plausível mencionar que foi a primeira organização não-governamental a participar de um Conselho Consultivo das Nações Unidas, em 1946. (Banco Central do Brasil, 2006) Devido a sua seriedade e competência, a ACI conta com parceria de diversas agências internacionais de desenvolvimento que colaboram com o cooperativismo mundial, através de assistência técnica e suporte financeiro. (OCESC, 2004)

Segundo OCESC (2004), desde 1992, a ACI passou a contar com quatro seções regionais, dividindo competências entre os continentes: ACI Europa, ACI Américas, ACI África e ACI Ásia e Pacífico. Por isso, o Conselho Administrativo é composto por 20 membros, sendo o presidente, quatro vice-presidentes, um por seção, e 15 conselheiros.

Conforme OCESC (2004), a filiação brasileira ocorreu em 1989, e em 1992, o então presidente da OCB, Roberto Rodrigues, foi eleito o presidente da ACI Américas, e por consequência, vice-presidente da ACI. Durante o Congresso de 1995, o brasileiro foi um dos idealizadores do 7º Princípio Cooperativista: Preocupação com a Comunidade. Porém, foi em

1997, que o Brasil entrou para a história da entidade: Roberto Rodrigues foi o primeiro não-europeu eleito a presidência mundial da ACI, cargo que ocupou até 2001. (OCESC, 2004)

Organização das Cooperativas das Américas – ACI Américas

Sediada na Costa Rica, a ACI Américas representa e defende o Movimento Cooperativo nas Américas, a fim de promover seu desenvolvimento e integração. (ACI Américas)

Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB

Originou-se em 1969, devido a decisão das cooperativas de todos os ramos, durante o IV Congresso Brasileiro de Cooperativismo, em Belo Horizonte, Minas Gerais, de unir as duas entidades já existentes: ABCOOP e UNASCO.

Sediada em Brasília, o órgão máximo de representação do cooperativismo no país, é responsável pela promoção, fomento, defesa, preservação e aprimoramento do sistema cooperativista, além de incentivar e orientar as sociedades cooperativas brasileiras. Através da Lei 5.764/71, a OCB é considerada o órgão técnico-consultivo do governo e congrega as organizações estaduais de cooperativas, as OCEs.

Conforme os dados do site da própria OCB (2007), o órgão tem como missão: “Representar e fortalecer o cooperativismo brasileiro, promovendo sua identidade e reconhecendo sua diversidade.”, e tem “como visão: “Ser referencial do cooperativismo brasileiro, de sua identidade, estimulando a intercooperação e ampliando sua participação sócio-econômica.”

Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina

A OCESC foi fundada em 28/08/1971, em consequência da Lei 5.764/71, e substituiu o primeiro órgão cooperativista catarinense, ASCOOP, Associação das Cooperativas de Santa Catarina, criado em 01/08/1964. A OCESC se tornou o órgão representativo do Sistema Cooperativo Catarinense lhe cabendo as funções de criar e registrar as cooperativas singulares, centrais e federações.

Segundo a OCESC, seus principais objetivos são:

- a realização de estudos e proposição de soluções;
- promoção da divulgação da doutrina cooperativista;
- fomento e criação de novas cooperativas;
- estímulo ao fortalecimento do sistema de representação do cooperativismo;
- assistência geral ao cooperativismo;
- prestação de serviços de ordem técnica em nível de direção, funcionários e associados às cooperativas filiadas;
- promoção de congressos, encontros, seminários e ciclos de estudos;
- integração com as entidades congêneres das demais unidades da Federação.

Confederações, Centrais e Federações e Cooperativas Singulares

As sociedades cooperativas são, de acordo com o artigo 6º da Lei 5.764/71, divididas em três graus: 1º Grau ou Cooperativas Singulares; 2º Grau ou Centrais e Federações e 3º Grau ou Confederações (Oliveira, 1979) Segundo Menezes (p. 58, 2004): “Esta gradação não contém nível de autoridade, mas área de atuação e de serviço a prestar”. Conforme o mesmo autor, os associados das cooperativas e o Cooperativismo em seu todo, são os grandes beneficiários finais.

Segue o quadro 3 o qual identifica e explica os três graus de cooperativas existentes no sistema cooperativo:

Quadro3: Graus das cooperativas

Associados	Os associados são a base e a razão de ser de toda a cooperativa e do Cooperativismo. A satisfação deles e de suas famílias é o objetivo final.
Cooperativa Singular	Ou cooperativa de 1º grau. 20 associados é o número mínimo para se formar uma cooperativa singular no Brasil.
Cooperativa Central e Federações de Cooperativas	Cooperativas de 2º grau. 3 cooperativas singulares, é o mínimo, podem formar uma cooperativa central ou uma federação.
Confederação de Cooperativas	Cooperativa de 3º grau. Uma confederação é formada com o mínimo de 3 federações ou de 3 centrais de cooperativas.

Fonte: Menezes (2004)

Cooperados

Os cooperados são o foco das cooperativas e do Cooperativismo, assim sendo, ambos são eficientes apenas quando seus cooperados e suas famílias estiverem satisfeitos com seus serviços.

Além de donos e usuários da sociedade cooperativa, os cooperados são responsáveis pela execução de todos os atos e conservação dos objetivos estabelecidos. (OCESC, 2003). Nas assembleias os cooperados executam suas responsabilidades coletivas, através do voto, auxiliando os diretores na tomada de decisão. (Oliveira, 1979)

E como mencionado no início neste capítulo, os cooperados têm direitos a exigir e deveres a cumprir em sua cooperativa.

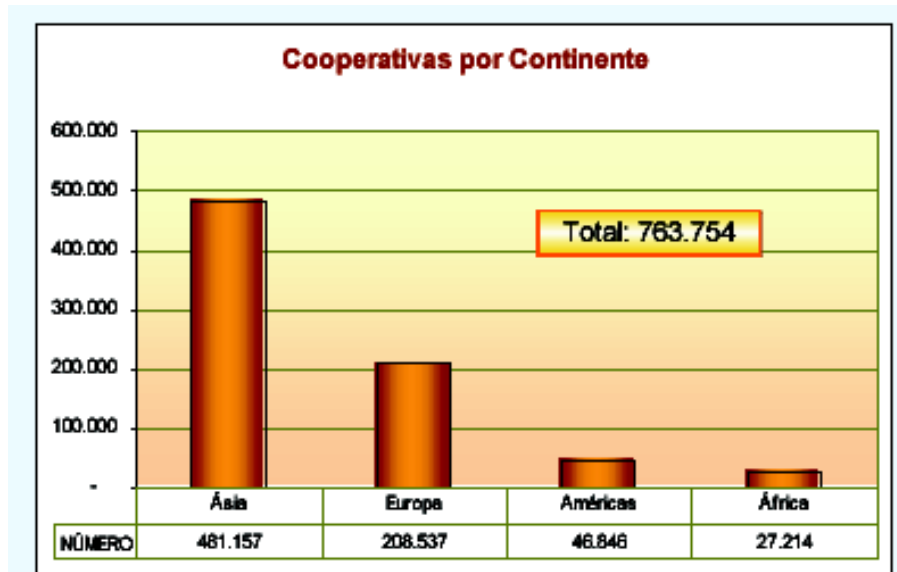
3.10 DADOS GERAIS SOBRE O COOPERATIVISMO

Este capítulo tem como objetivo mostrar, numérica e graficamente, o nível do cooperativismo apresentado no mundo, no Brasil e em Santa Catarina.

3.10.1 Dados no mundo

O Gráfico 1 tem como finalidade quantificar o número de cooperativas existentes no mundo. Segundo os dados da OCESC, a soma das cooperativas nos continentes asiático, europeu, americano e africano é de 763.754.

Gráfico 1- Cooperativas por Continente



Fonte: OCESC, 2006

O maior número de cooperativas encontra-se no continente asiático, com 481.157 cooperativas, representando 63% do total. Na Europa registrou-se 208.537 cooperativas, equivalendo apenas 27,30%. No continente americano a quantidade de cooperativas é menor, 46.846, registrando 6,13% do total. Por último, a África, compõe 3,56% do total, com apenas 27.214 cooperativas.

O Gráfico 2 tem como objetivo ilustrar o número de cooperados existentes nestes quatro continentes no ano de 2006.

Gráfico 2: Cooperados por Continente



Fonte: OCESC, 2006

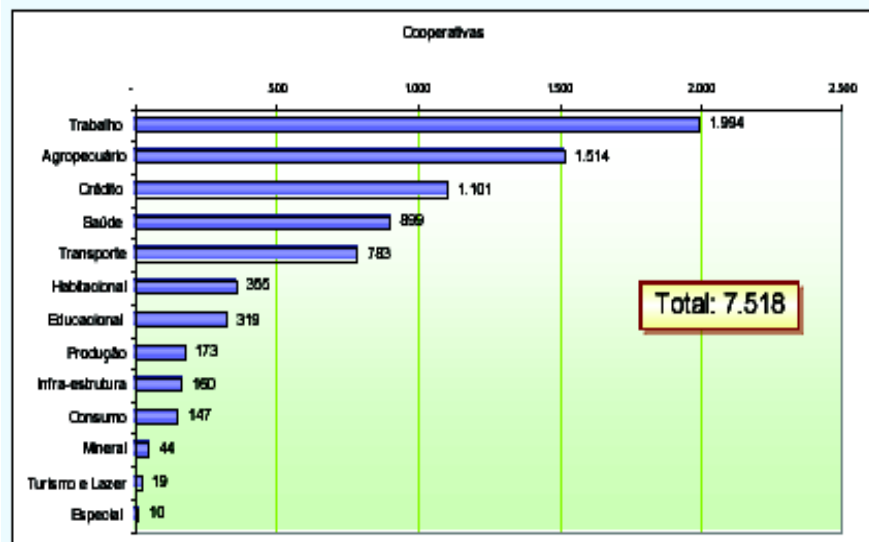
Apesar do continente asiático possuir mais da metade do número total de cooperativas no mundo, em relação a quantidade de cooperados fica atrás da Europa. Esta representa mais da metade do número total de cooperados, ou seja, 56,28%, enquanto que o continente asiático registrou 25,81%.

Outra análise é a quantidade de cooperativas versus cooperados nos continentes americano e africano. Apesar das Américas terem 2,57% de cooperativas a mais do que a África, esta última possui 15,07% de cooperados a mais do que as primeiras.

3.10.2 Dados no Brasil

O Gráfico 3 além de mostrar a quantidade de cooperativas existentes em cada ramo, também permite verificar o número total de cooperativas no país registrados em 2006. No ano de 2006, o país registrou a presença de 7.518 cooperativas, ou seja 16% das existentes no continente americano.

Gráfico 3: Cooperativas no Brasil

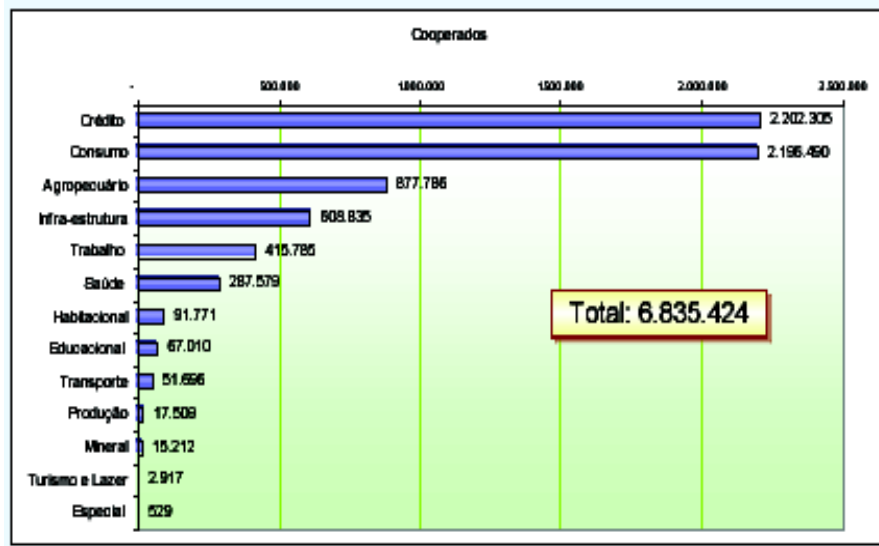


Fonte: OCESC, 2006

Através do gráfico acima, é possível observar a predominância no país das cooperativas de trabalho, agropecuário e crédito. A soma destas três modalidades de cooperativas equivale a 61,31% da quantidade total de cooperativas no Brasil.

O Gráfico 4 refere-se ao número de cooperados em cada modalidade de cooperativa no Brasil no ano de 2006. No total o país contava com 6.835.424 cooperados, 64,11% do número total de cooperados do continente americano.

Gráfico 4: Cooperados no Brasil



Fonte: OCESC, 2006

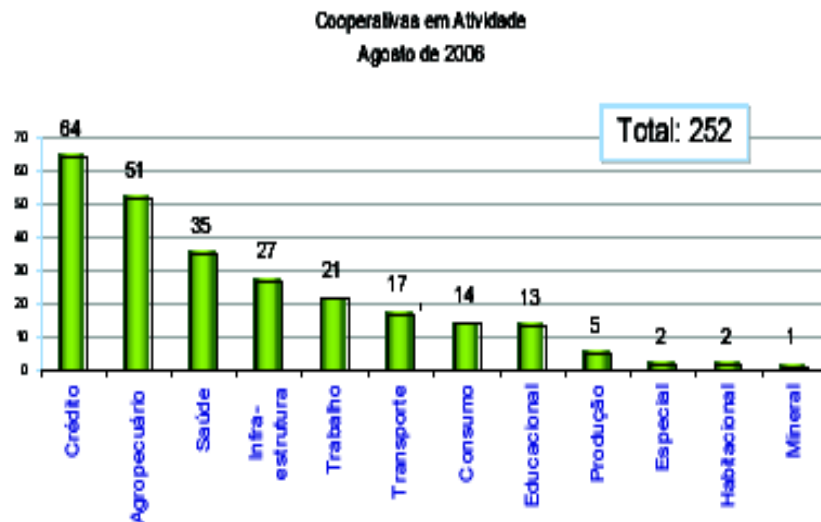
As cooperativas que apresentam o maior número de cooperados em seu quadro de associados são as de modalidade crédito e consumo. Juntas, as modalidades representam 64,35% do total de cooperados registrados no país.

3.10.3 Dados em Santa Catarina

De acordo com o gráfico 5, foi registrado, no ano de 2006, o número de 252 cooperativas no território catarinense, valor este que corresponde a 3,35% do total existente no Brasil.

Além disso, o gráfico ilustra a disponibilidade de cooperativas no Estado catarinense e suas modalidades.

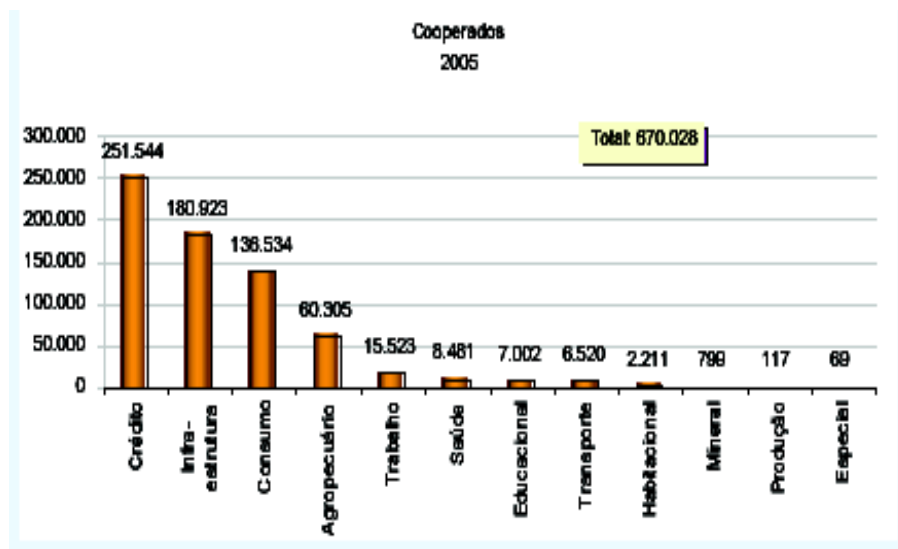
Gráfico 5: Cooperativas em Santa Catarina



Fonte: OCESC, 2006

Conforme o Gráfico 5 diferentemente do registrado nos dados nacionais, as cooperativas de crédito, agropecuário e de saúde representam, juntas, 59,52% do total das cooperativas do Estado.

Gráfico 6: Cooperados em Santa Catarina



Fonte: OCESC, 2006

Analisando o Gráfico 6 nota-se uma particularidade, as cooperativas de crédito, de infra-estrutura e de consumo obtêm, no total, 569.001 cooperados, representando 84,92% do total do Estado. Comparando ao número nacional, o Estado de Santa Catarina registra uma participação de 9,80% do total de cooperados no Brasil.

4 COOPERATIVA DE CRÉDITO

4.1 COOPERATIVA DE CRÉDITO NO MUNDO

Após o surgimento dos Pioneiros de Rochdale em 1844, várias formas e modelos de cooperativismo foram criados. Em relação ao ramo crédito, muitos tipos de cooperativas foram inicializados e organizados. Dentre todos, é impossível deixar de comentar a existência de três tipos, os quais são os mais antigos e mais importantes do mundo: Raiffeisen, Schulze-Delitzsch e Luzzatti.

Raiffeisen

O modelo Raiffeisen de cooperativa de crédito foi criado por Friedrich Wilhelm Raiffeisen (1818-1888) durante o século XIX na Alemanha. Servidor público que muitas vezes ocupou o cargo de prefeito de algumas cidades pobres alemãs implantou o ideal de cooperativismo para os camponeses em seu país. (Menezes, 2004)

A partir de 1807, a agricultura alemã passou por diversas transformações que causaram fortes impactos na vida econômica dos pequenos camponeses. Primeiramente houve a ruptura da relação de obediência e submissão dos camponeses para com os senhores territoriais. Conseqüentemente os agricultores ficaram expostos a um mercado marcado pela oscilação dos preços dos produtos agrícolas. (Oliveira, 1979) Pinho (1977) afirma que o segundo fato que agravou a situação financeira dos camponeses foi a necessidade de adaptação das técnicas de exploração de plantio para poder competir com países novos como os Estados Unidos da América. A modernização dos campos dependia de financiamento, no entanto pelo fato de serem pequenos agricultores e devido a falta de garantias suficientes para aquisição de crédito bancário, os camponeses não tinham acesso ao crédito. Assim sendo, segundo Oliveira (1979), os pequenos camponeses estavam sozinhos e sem forças para enfrentar a competitividade do mercado e a crise que atingiu a agricultura alemã em 1847. Com isso, os pequenos camponeses se tornaram presas fáceis para os agiotas e especuladores.

Conforme Pinho (1977), as cooperativas de crédito Raiffeisen têm como característica: auxílio aos agricultores; o princípio cristão do amor ao próximo; admitem o

auxílio filantrópico, preconizam a formação de um banco central para atender suas necessidades e a responsabilidade dos sócios de modo solidária e ilimitada.

Schulze-Delitzsch

Foi em Delitzsch, pequena cidade alemã que o juiz Schulze-Delitzsch (1808 – 1883), ansiava solucionar os problemas econômicos e sociais que afligiam os moradores da região (Menezes, 2004). Como resposta a estes problemas, o juiz criou, em 1849, uma cooperativa de crédito destinada à classe média urbana composta por artesãos, comerciantes e pequenos industriais. Apesar de ser uma cooperativa adaptada a classe média, permitia a participação de qualquer cidadão indiferente da classe social. (Pinho, 1977)

Segundo Pinho (1977), as cooperativas Schulze-Delitzsch têm como característica a responsabilidade solidária e ilimitada dos associados. Conforme mencionado por Oliveira (1979), a contribuição de capital dos membros era mensal e segundo Pinho (1977), os lucros eram distribuídos entre os cooperados sob forma de dividendos.

Em relação a participação do Estado, as cooperativas Schulze-Delitzsch evitam seu auxílio, conforme verificado por Oliveira (1979, p. 212):

O princípio que inspirava a ação de Schulze-Delitzsch era o da auto-ajuda, pois entendia que “enquanto essas organizações dependessem da graça de terceiros, da boa-vontade alheia, faltar-lhes-ia, necessariamente, a verdadeira capacidade de sobreviver”, devendo evitar-se, de uma vez por todas, o eterno clamor em busca do auxílio estatal e da cidade privada.

Luzzatti

Descendente de rica família israelita de Veneza, Luigi Luzzatti (1841-1927) enxergava o cooperativismo como um instrumento transformador da sociedade decadente, por isso o professor universitário organizou em seu país uma cooperativa de crédito inspirada nos modelos Schulze-Delitzsch e Raiffeisen. (Menezes, 2004). Segundo Oliveira (1979), nas cooperativas Luzzatti a responsabilidade dos associados para com a cooperativa é limitada, dependendo das quotas-partes subscritas.

Conforme Menezes (2004), outra característica do modelo italiano de cooperativa de crédito é a criação de múltiplos cargos de diretores que tinha como objetivo favorecer o contato pessoal entre as pessoas possibilitando maiores negócios.

Segundo análise de Pinho (1977, p. 98), o papel do Estado é temporário:

Os cooperados, armados com sua potencia individual, que a associação multiplica, são como um exército da paz social, que se move na primeira linha das grandes batalhas e obtém grandes vitórias; o Estado vem a ser o exército de reserva que, em determinadas circunstâncias, coloca-se espontaneamente, sem necessidade de ser chamado, na primeira fila, para ganhar o combate social, retirando-se depois novamente para o seu posto de retaguarda.

4.2 COOPERATIVA DE CRÉDITO NO BRASIL

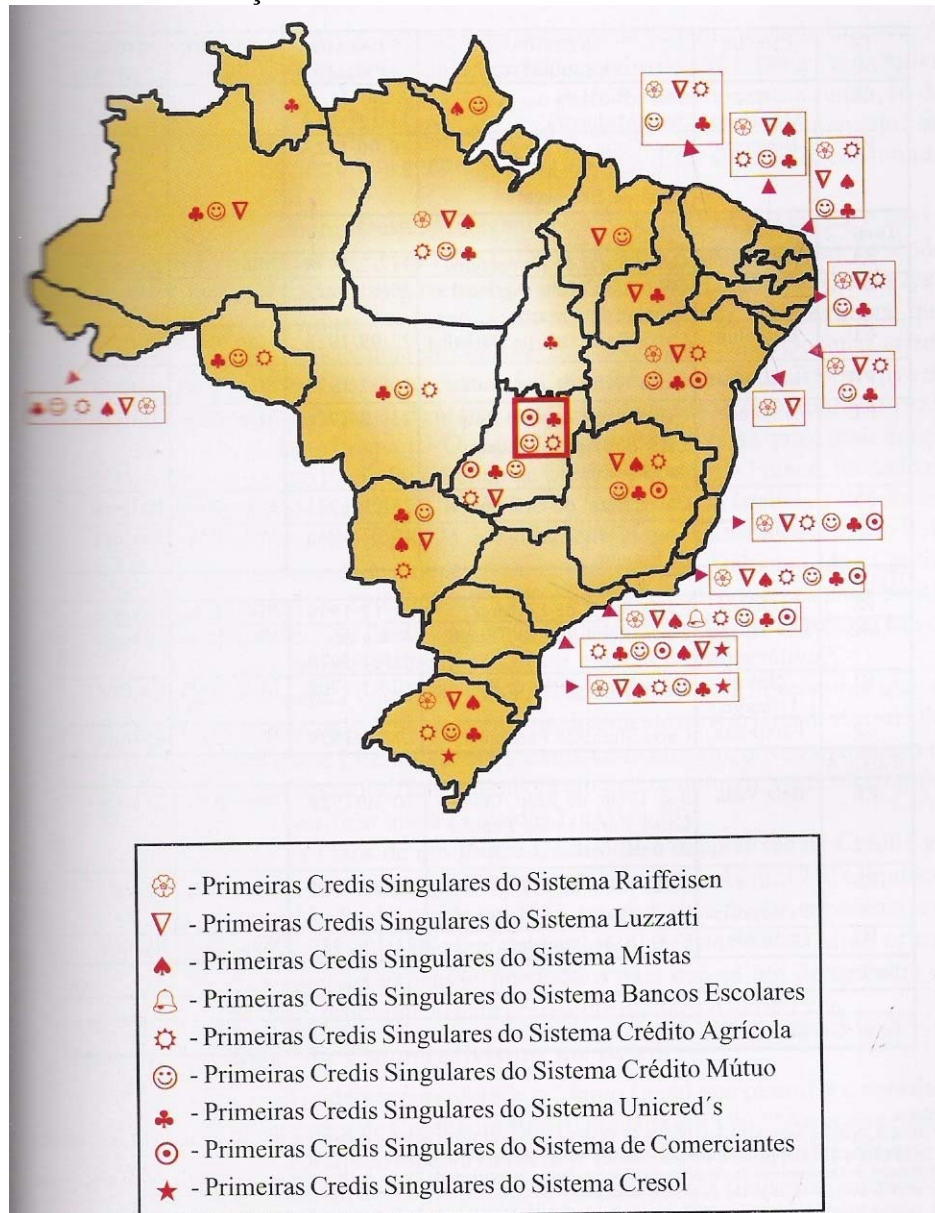
4.2.1 Histórico

Segundo os dados do Banco do Brasil (2006), a primeira vez que a expressão cooperativa foi utilizada no país foi na formação da Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Outro Preto, fundada em 27/10/1889, na então capital do Estado de Minas Gerais. Apesar de ser uma cooperativa de consumo, o estatuto previa a existência de uma “caixa de auxílios e socorros” destinados as viúvas pobres de associados e para os sócios indigentes decorrente da falta de trabalho.

Conforme Palhares (2004), o modelo Raiffeisen foi trazido pelo padre suíço Theodor Amstad, o qual fundou em 28/12/1902, em Nova Petrópolis, Rio Grande do Sul, a primeira cooperativa de crédito do Brasil, a Caixa de Economia e Empréstimos Amstad. Segundo registros históricos, a primeira cooperativa de crédito brasileira foi a segunda nas Américas, sendo precedida apenas pela Caixa Popular de Levis, em Quebec, Canadá, fundada por Alphones Desjardins, em 1900. (Palhares, 2004)

Conforme os dados da Figura 1, verifica-se a presença de cooperativas de modelo Raiffeisen em todo o país. Na região Sul, além de conter a primeira cooperativa do país e da América Latina, surge, em Itapiranga, Santa Catarina, no ano de 1932, este modelo de cooperativa. Na região Sudeste, o tipo Raiffeisen pode ser identificado em todos os Estados. No estado mineiro, as cooperativas se transformaram no modelo Luzzatti. Exceto Piauí e Maranhão, todos os Estados Nordestinos tiveram pelo menos uma cooperativa do modelo Raiffeisen. E por último, no Norte do país há o registro de cooperativas deste modelo no município de Bragança Pará, fundada em 1927, e no Acre, em Sena Madureira, fundada em 1934. (Palhares, 2004)

Figura 1 – Primeiras Cooperativas de Crédito Singulares fundadas nas unidades da federação do Brasil



Fonte: Palhares, 2004.

Também trazido pelo padre Theodor Amstad, o cooperativismo de crédito do modelo Luzzatti, iniciou-se no país no Estado gaúcho, em Lajeado, através da fundação da Caixa Econômica de Empréstimo de Lajeado, 01/03/1906. A mesma Figura 1 ilustra a presença destas cooperativas no Brasil. No Norte, há presença em três Estados: Acre, 1924; Amazonas, 1927 e Pará, 1946. Todos os estados Nordestinos apresentaram pelo menos uma cooperativa de crédito Luzzatti, sendo a mais antiga a Cooperativa de Crédito Agrícola e Popular de Nazaré, fundada no Estado baiano em 1925. O Centro-Oeste, antes composto apenas pelos Estados de Mato Grosso e Goiás, também fundaram esta modalidade de cooperativismo de crédito em 1958 e 1955, respectivamente. Na região Sudeste, a mais antiga é o Banco Crédito

Popular de Franca, fundado em 1919, em Franca, São Paulo. Apesar de existir, na região Sul o modelo não foi aprofundado. (Palhares, 2004)

Conforme Palhares (2004), a primeira cooperativa de 2º Grau do país, foi fundada em 18/09/1912, por Giuseppe de Stefano Paternó, na cidade gaúcha de Porto Alegre. Era uma Central Agrícola Mista, que atendia as cooperativas singulares agrícolas, porém tinha uma seção de crédito. As Cooperativas Mistas funcionaram no Brasil durante 44 anos, sendo proibidas, em 1966, pelo governo militar através do Decreto nº 59.

Também há registros, no Estado de São Paulo, de cooperativas escolares de crédito. As primeiras foram fundadas em 1934, sendo que duas eram bancos escolares nas cidades de Vargem Grande e Itapetininga e outra era cooperativa mista na cidade de Itararé. Esta última, além de vender materiais escolares para os cooperados, também apresentava a seção crédito. Segundo Palhares (2004), é relevante enfatizar que naquela época era permitida associação de menores de idade, enquanto que hoje, no Brasil é proibido. Atualmente, nos países de Primeiro Mundo, as crianças podem ser sócias de cooperativas de crédito, mesmo porque as ensinam a adquirir o hábito de poupar. (Palhares, 2004)

Maria Tereza Teixeira Mendes, a “Terezita”, professora e assistente social, fez um curso sobre cooperativismo de crédito de modelo CREDIT UNION no Canadá. Apesar de ter sido criado por Alphonse Desjardins, no Canadá, 1900, a CREDIT UNION é uma adaptação deste modelo canadense. A diferença entre as duas correntes é que a canadense é aberta, enquanto que a americana é fechada. Fundada em 1909 pelos americanos, as cooperativas de modelo CREDIT UNION são formadas por empregados de uma determinada empresa. E foi através de “Terezita”, que as Cooperativas de Economia e Crédito Mútuo se instalaram no país da década de 40. Atualmente, este modelo representa o maior numero de cooperativas existentes no país. Também passaram a ser determinadas pelas profissões ou área de atuação profissional.

4.2.2 Sistemas de Cooperativas de Crédito

O cooperativismo de crédito brasileiro é composto por seis sistemas, sendo que três são considerados macrosistemas no país SICREDI Serviços, SICOOB Brasil e UNICREDI do Brasil:

SICREDI

Conforme Pinho (2004), o Sistema de Crédito Cooperativo é a própria história do cooperativismo de crédito no país, pois a primeira cooperativa de crédito brasileira, Cooperativa de Crédito Rural de Nova Petrópolis, pertence a este sistema.

Em 1925, dezoito cooperativas de crédito fundaram a primeira cooperativa central do Brasil, Caixas Rurais da União Popular do Rio Grande de Sul, que também atuava no Oeste catarinense. Devido a ditadura militar, conforme mencionado no subitem anterior, a central foi transformada em cooperativa singular, Cooperativa de Crédito Sul Riograndense, hoje SICREDI Metr pole, com sede em Porto Alegre. Após a reabertura democrática do país, fundaram a nova central em 1980, a COCECRER.

Motivados com o exemplo gaúcho, os produtores dos Estados do Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul também fundaram cooperativas de crédito: em 1981 em Toledo (PR), em 1985 uma central no Mato Grosso, em 1988 a primeira cooperativa de crédito do Mato Grosso do Sul e em 1990 uma central no mesmo Estado. Em 1992, as cooperativas do Rio Grande Sul uniram-se no SICREDI, e a COCECRER recebeu a denomina o de SICREDI Central – RS.

Em 1995, a SICREDI Central – RS fundou o primeiro banco cooperativo do Brasil, BANSICREDI, e em 1996, as cooperativas paranaenses aderiram ao banco, assim como as do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, em 1998. Para completar o Sistema SICREDI, em 2000 foi fundada a Confedera o SICREDI Serviços.

SICOOB

Sistema Cooperativo de Crédito do Brasil, fundado em 1997, atua em praticamente todos os Estados brasileiros. (Palhares, 2004)

As cooperativas singulares reúnem-se em Centrais e estas na Confedera o Nacional das Cooperativas do SICOOB Brasil, controladora do BANCOOB, o Banco Cooperativo do Brasil. (Penido, apud. PINHO, 2004)

UNICREDI

O Sistema UNICREDI, criado em 1992, é consequência da persistente luta dos médicos da Unimed do Brasil em constituir uma cooperativa. Após muitas batalhas, o Conselho Monetário Nacional permitiu a constituição de cooperativas de crédito mutuo por categorias profissionais. (Pinho, 2004)

Outros Sistemas

CRESOL, Cooperativa Central de Crédito Rural com Intenção Solidária, fundada em 1995, e atende os micro e pequenos agricultores dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. (Menezes, 2004)

CREHNOR é o sistema de cooperativas fundadas, em 1997, pelos articuladores do Movimento dos Sem-Terra (MST) e de pequenos agricultores na região Norte do Estado do Rio Grande do Sul.

ECOSOL, fundado em 2000 e, segundo Palhares (2004), tem como objetivo implantar cerca de uma centena de cooperativas singulares.

4.2.3 Bancos Cooperativos

Conforme relatado por Penido (apud. PINHO, 2004), a falta de acesso das cooperativas de crédito às contas de reservas bancárias do Banco Central e a Câmara de Compensação de Cheques e Outros Papéis, as obrigaram a formar convênios com bancos comerciais, ocasionando a perda de autonomia e aumento dos custos.

Foi através da Resolução 2.193, 31/08/1995, que o Conselho Monetário Nacional autorizou a constituição de bancos cooperativos no país. Segundo Vale (2004, p. 162) a resolução significou um aumento da solidez e eficiência do Sistema Cooperativo de Crédito no Brasil: “Como prestador de serviços é a resposta certa para ampliar, com solidez e flexibilidade, a ação das cooperativas de crédito, democratizando o acesso aos serviços bancários e facilitando a vida de milhares de brasileiros.”

O BANSICREDI, Banco Cooperativo do SICREDI, foi o primeiro banco cooperativo do país. Criado em 1995, no Estado do Rio Grande do Sul, tem como objetivo inserir as cooperativas no Sistema Financeiro Nacional (SICREDI).

BANCOOB, Banco Cooperativo do Brasil, foi constituído durante a Assembléia Geral de novembro de 1996 por onze cooperativas centrais. Sua operação foi autorizada pelo Banco Central apenas em julho de 1997. (Vale, 2004)

Segundo o próprio BANCOOB, o banco cooperativo tem como missão: “Satisfazer as necessidades do SICOOB, por meio de soluções de natureza financeira, técnica e operacional, contribuindo para seu desenvolvimento e fortalecimento” e como visão: “ Ser reconhecido pelo SICOOB como o banco das suas cooperativas e pelo mercado, como uma instituição sólida e conceituada.”

4.3 COOPERATIVA DE CRÉDITO NO ESTADO DE SANTA CATARINA

4.3.1 História do Cooperativismo de Crédito no Estado de Santa Catarina

A primeira cooperativa de crédito a ser fundada no Estado catarinense foi a Caixa Rural União Popular do Porto Novo, em 1932, distrito de Chapecó, atualmente município de Itapiranga, e depois alterada para Cooperativa de Crédito Rural Itapiranga Ltda. Apesar da pioneira ser datada de 1932, as cooperativas de Alto Bela Vista em Concórdia, Mondai, São Carlos entre outras cidades do Oeste catarinense existem desde 1926. (OCESC, 2003)

Segundo a OCESC (2003), a partir da década de 80 houve um intenso movimento de restabelecimento do cooperativismo de crédito iniciado no Estado do Rio Grande Sul. O Estado de Santa Catarina, segundo os dados da OCESC (2003), incentivado pelo movimento do Estado gaúcho, iniciou estudos na área sob a coordenação da OCESC e com o apoio das Cooperativas Agropecuárias. Em 1984 foram constituídas cinco cooperativas, sendo que uma delas foi o enquadramento da pioneira de Itapiranga.

Após o surgimento de novas cooperativas de crédito e a constituição das Cooperativas Centrais de Crédito Rural, Mútuo e Urbano, o ramo se estruturou no estado catarinense. (OCESC, 2003)

4.3.2 Cooperativas de 2º Grau

No Estado de Santa Catarina há a presença de três Cooperativas de 2º Grau do ramo crédito:

SICOOB – SC – Central

Conforme o SICOOB/SC, a Cooperativa Central tem por finalidade a organização dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de interesse das cooperativas singulares. Entre suas funções para com as singulares, o SICOOB / SC destaca:

- Coordenar e supervisionar as ações do Sistema Integrado de crédito Cooperativo de Santa Catarina SICOOB CENTRAL SC;
- Difundir e fomentar o cooperativismo de crédito rural e mútuo. Planejar, normatizar e executar a aplicação dos recursos captados pelo Sistema;
- Representar o sistema como um todo, especialmente perante as autoridades monetárias, agrícolas e demais organismos governamentais;
- Buscar fontes alternativas de recursos para alimentar as atividades creditórias das suas associadas;
- Promover treinamento de dirigentes, associados e funcionários;
- Prestar orientação jurídica, gerencial, contábil e financeira;
- Realização de Auditorias e Inspeção;
- Realizar e divulgar anualmente o balanço consolidado do sistema;
- Incubir-se dos trabalhos e operações especializadas;
- Representar as cooperativas associadas junto ao Banco Central do Brasil; Banco do Brasil S/A, entidades que prestam serviço de compensação, empresas conveniadas e prestadoras de serviços e outras.

Em 08/11/1985, constitui-se a Cooperativa Central do Estado Catarinense, Cooperativa Central de Crédito Rural de Santa Catarina Ltda – COCECRER/SC nasceu, e

tinha como sócias 9 cooperativas singulares. Em 31/10/1997, o nome foi alterado para SICOOB/SC – Central.

Conforme os dados disponíveis no site do SICOOB/SC – Central, o número de associados e o número de funcionários atuantes na central praticamente quadruplicou de 1999 a 2006*, mostrando o crescimento da atividade cooperativa no estado.

UNICRED Florianópolis

Constituída em março de 1994, em Joinville, com o apoio da Unimed Florianópolis, a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos e Profissionais da Área da Saúde da Grande Florianópolis, tem como objetivo administrar os recursos de quem exerce atividade na área da saúde.

Segundo a UNICREDI, a central tem como missão: “A UNICREDI Florianópolis tem por missão a gestão dos recursos financeiros do cooperado e do sistema cooperativista, fomentando o seu exercício profissional no campo econômico, social e educativo. Visa ampliar as oportunidades de investimento do cooperado através de benefícios superiores ao sistema financeiro tradicional, tornando-o referencial ao profissional da área da saúde, integrando-se ao sistema cooperativo e consolidando-se no mercado também pelo Sistema UNICREDI.”

Entre suas funções pode-se citar:

- Administração em escala dos recursos financeiros;
- Capacitação de membros de órgãos estatutários das cooperativas, e dos Funcionários;
- Centralização contábil;
- Fazer cumprir os normativos do Banco Central;
- Padronização de processos;
- Realização de auditorias periódicas;
- Serviços de assessoria técnica.

CECRED

Apesar de nova, constituída em setembro de 2002, na cidade de Blumenau, a

*Havia 46.806 associados e 291 funcionários em 1999 e 183.814 associados e 1.183 funcionários em 2006.

Cooperativa Central de Crédito Urbano de Santa Catarina conta com a participação da cinquentenária VIACREDI – Cooperativa de Crédito Vale do Itajaí, umas das primeiras cooperativas de crédito do Estado catarinense, em seu quadro de filiadas.

Segundo a CECRED, a central tem como missão: “Promover o desenvolvimento das cooperativas filiadas e a organização dos serviços econômico-financeiros, integrando e orientando suas atividades e possibilitando maior agregação de valor em consonância com os princípios cooperativistas”. A CECRED busca:

- promover a união e o fortalecimento do cooperativismo de crédito no Estado;
- efetuar a centralização financeira;
- assessorar as filiadas em diversas áreas;
- representar as filiadas junto aos órgãos com os quais se relacionam.

5 DADOS DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO EM SANTA CATARINA

Este capítulo tem como finalidade, informar os dados referentes ao cooperativismo de crédito no Estado de Santa Catarina, considerando o período entre 2002 a 2006.

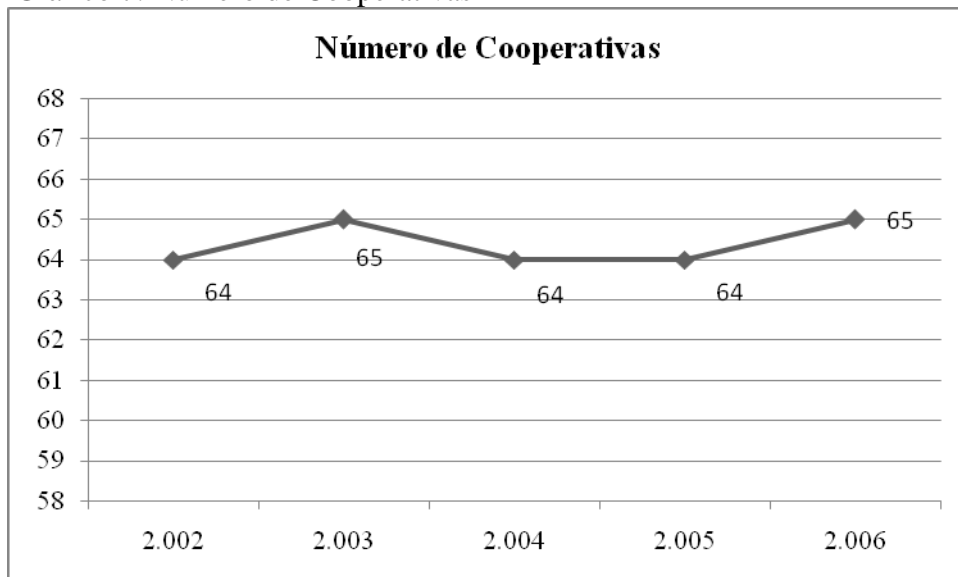
Inicialmente, é importante considerar o número de cooperativas existentes no território catarinense, conforme o demonstrado no Gráfico 7.

5.1 COOPERADOS E COOPERATIVAS

Este item tem como objetivo informar o número de cooperados e o número de cooperativas existentes no Estado catarinense. No intuito de quantificar a dimensão do impacto do cooperativismo de crédito em Santa Catarina, foi realizado um comparativo com dados referentes a população e instituições financeiras no Estado.

O Gráfico 7 ilustra a evolução das cooperativas de crédito no Estado catarinense.

Gráfico 7: Número de Cooperativas



Fonte: OCESC, 2006

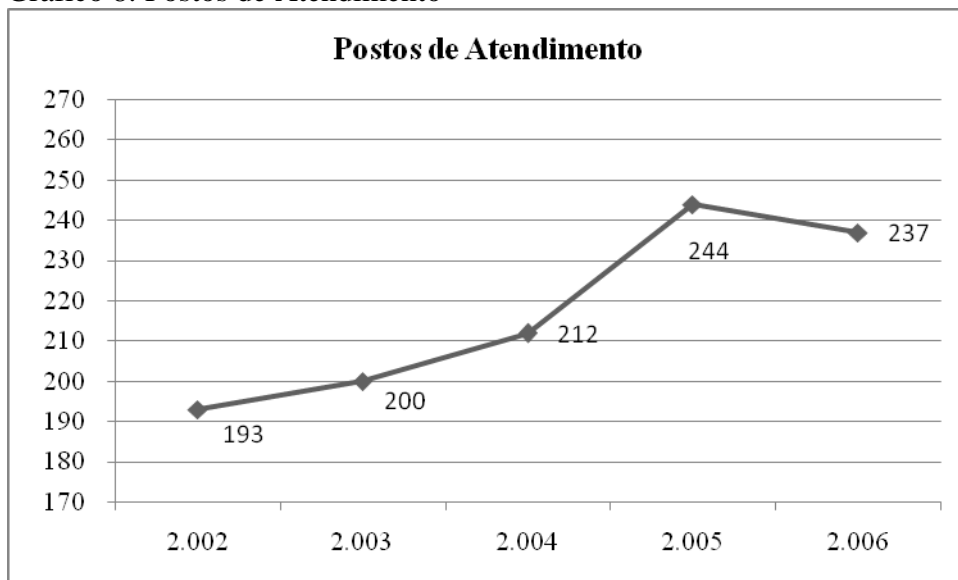
De acordo com o gráfico acima, pode-se perceber que em 2002 existiam 64 cooperativas no território catarinense. Em 2003 houve um aumento de apenas uma cooperativa, ou seja, o Estado contava com 65 cooperativas no total. No ano de 2004 e 2005,

o número voltou aquele registrado em 2002, 64 cooperativas. No último ano, em 2006, o número de cooperativas subiu novamente para 65.

Assim sendo, fica claro que não houve alterações significativas no período analisado. Contudo, nos anos de 1992 a 2001 houve um crescimento de 186%, isto é, o número de cooperativas passou de 22 para 63 no Estado de Santa Catarina.

Os bancos mercantis se expandem sob forma de agências, já as cooperativas se expandem sob forma de postos de atendimento. No Gráfico 8 é possível analisar a evolução do número de postos de atendimentos de cooperativas de crédito no território catarinense.

Gráfico 8: Postos de Atendimento



Fonte: OCESC, 2006

Conforme o Gráfico 8 nota-se um crescimento referente ao número de postos de atendimento de cooperativas de crédito no Estado de Santa Catarina, sendo que, no ano de 2002, havia 193 postos. No ano de 2003, houve um acréscimo de 3,63% neste número, passando para 200. Já em 2004, houve um crescimento de 6%, totalizando 212 postos de atendimento. O ápice ocorreu em 2005, com o surgimento de mais 32 postos de atendimento, registrando o número total de 244. Em contrapartida, no ano de 2006, observou-se uma redução nesses números de 2,87%, totalizando 237 postos.

A fim de comparar o número de cooperativas em relação ao número de agências de instituições financeiras existentes no Estado catarinense, segue a Tabela 1.

Tabela 1: Cooperativas de Crédito e Agências Bancárias

Item	2004	2005	Crescimento (%)
Cooperativa de Crédito	64	64	0
Postos de Atendimento	212	244	15,09
Agências	825	839	1,70

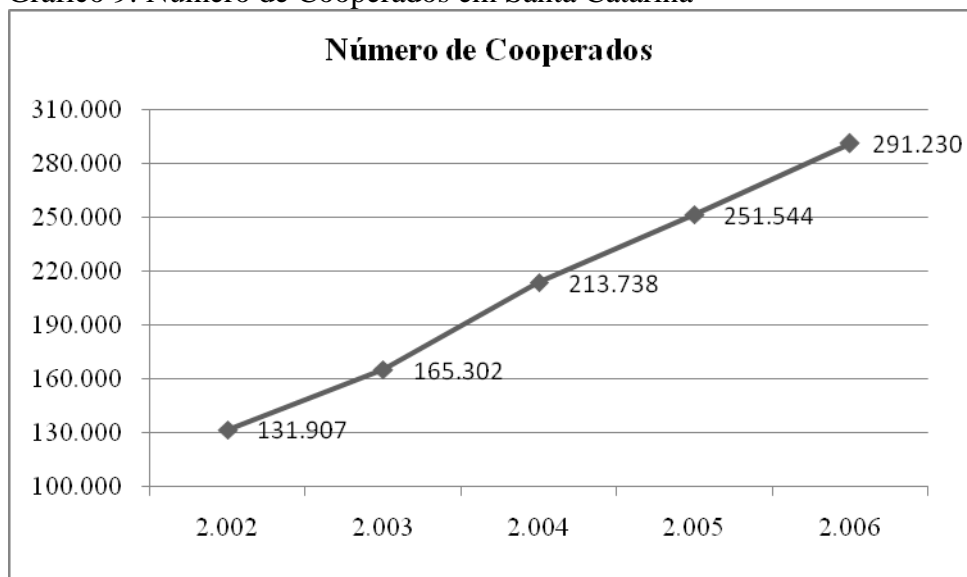
Fonte: IBGE / OCESC

Apesar do período proposto para o estudo ser de 2002 a 2006, a Tabela 1 refere-se apenas aos anos de 2004 e 2005, uma vez que estes são os dados de agências disponíveis no IBGE.

Entre os anos de 2004 e 2005 não houve nenhuma alteração quanto a número de cooperativas presentes no Estado de Santa Catarina. Apesar desta estagnação, verificou-se a abertura de 32 novos postos de atendimento, representando um aumento de 15,09%. Neste mesmo período registrou-se a abertura de mais 14 agências de instituições financeiras na região, demonstrando um crescimento de 1,70%. Pode-se concluir que a constituição de postos de atendimentos foi superior a de agências, devido à inclusão de mais cooperados à procura de melhor atendimento e taxas. Assim sendo, a participação das cooperativas de crédito em relação ao número total de agências existentes no Estado em 2004 e 2005, foi respectivamente de 7,76% e 7,63%.

O número de habitantes e o número de adeptos ao cooperativismo de crédito no Estado catarinense também é analisado. O Gráfico 9 faz referência a evolução do quadro de cooperados durante o período estudado.

Gráfico 9: Número de Cooperados em Santa Catarina



Fonte: OCESC, 2006

Em 2002, é registrado o total de 131.907 cooperados em todo o território catarinense. No ano seguinte, 2003, há um aumento de 25,32%, totalizando 165.302 cooperados. Em 2004, há um crescimento de 29,30% de cooperados em relação ao ano anterior, totalizando 213.738 cooperados. Em 2005, o acréscimo é menor, de 17,68%, somando 251.544 cooperados. E por último, no ano de 2006 o crescimento é de, 15,77% e equivale a um total de 291.230 cooperados em Santa Catarina. No total do período, foi registrada uma evolução de 120,78% no número de cooperados no Estado.

A comparação entre o número de habitantes e o de participantes do cooperativismo de crédito no Estado catarinense é demonstrada na Tabela 2.

Tabela 2: Número de Habitante e Número de Cooperados em Santa Catarina

Item \ Ano	2002	2003	2004	2005
Habitantes	5.590.026	5.607.233	5.686.534	5.866.568
Cooperados	131.907	165.302	213.738	251.544

Fonte: OCESC, 2006

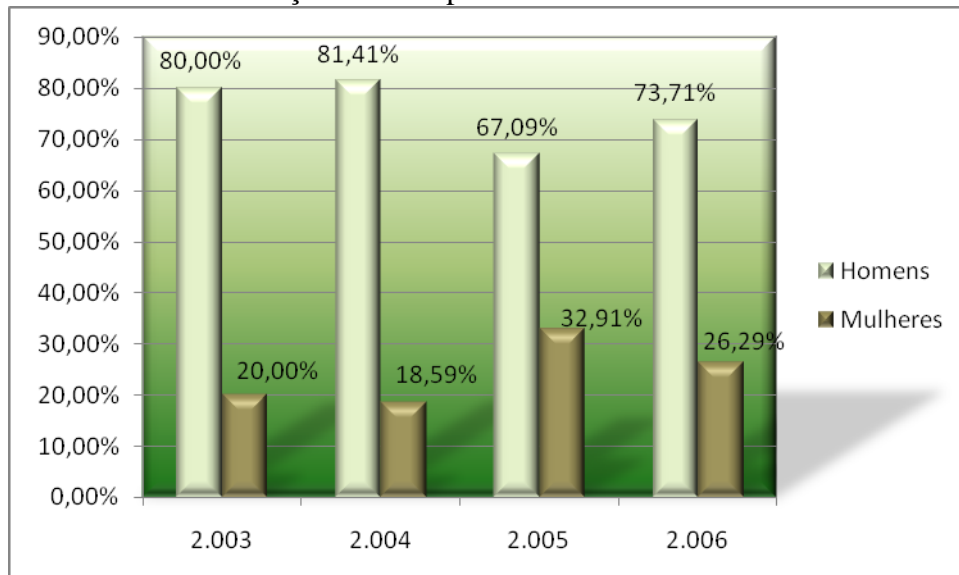
Como pode ser verificado, a Tabela 2 não conta com os dados do último ano do período proposto de estudo, isto se deve ao fato da inexistência do número de habitantes referente a 2006.

Apesar da pequena participação em relação ao número de habitantes, o número de cooperados aumentou durante os anos de 2002 a 2005. No primeiro ano, apenas 2,36% da população integrava ao quadro de cooperados do cooperativismo de crédito catarinense. No ano seguinte, a inclusão de novos cooperados foi de quase 0,60%, ou seja, apenas 2,95% da população. Em 2004 a evolução foi um pouco maior comparada ao ano anterior, 0,81%, totalizando 3,76% dos habitantes. E por último, em 2005, a participação dos catarinenses nas cooperativas de crédito registrou 4,29% da população total do Estado.

Em relação aos integrantes do cooperativismo de crédito catarinense, tem-se verificado a crescente participação dos jovens e das mulheres. O Gráfico 10 compara a participação masculina, absolutamente predominante, em relação à feminina. Em 2002, a participação masculina no quadro de cooperados no Estado de Santa Catarina, foi de 80% e em 2004 aumentou para 81,41%. A participação feminina no quadro de cooperados foi alterada no ano de 2005, representando 32,91% do total, enquanto que a masculina caiu para

67,09%. Apesar desta mudança de comportamento, no ano seguinte, em 2006, a participação masculina foi de 73,71% e a feminina reduziu para 26,29%.

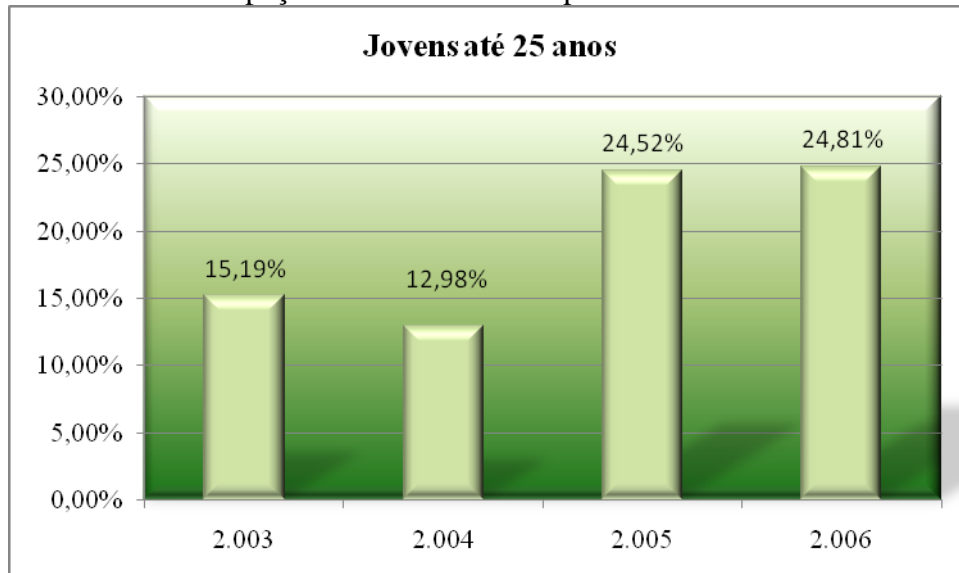
Gráfico 10: Classificação dos Cooperados



Fonte: OCESC, 2006

O Gráfico 11 ilustra a evolução do jovem no cooperativismo de crédito catarinense.

Gráfico 11: Participação do Jovem nas Cooperativas Catarinenses



Fonte: OCESC, 2006

Em 2003, os jovens compunham 15,19% do quadro dos cooperados, e em 2004 a participação caiu para 12,98%. Porém em 2005 e 2006 houve uma evolução dos jovens dentro das cooperativas passando para 24,52% e 24,81%, respectivamente.

Conclui-se, portanto, que em 2006, o Estado de Santa Catarina era composto por 302 estabelecimentos cooperativos de crédito, sendo este número composto pelas matrizes e pelos postos de atendimento. Apesar da evolução de quase 200% entre 1992 a 2002, o número de cooperativas estagnou entre 64 e 65 desde 2002. É evidente que a quantidade de postos de atendimento tem elevado, porém em 2006 registrou-se o fechamento de 7 deles. Assim sendo, a participação das cooperativas de crédito em relação ao número de agências no estado não completa nem 10% do total.

Os adeptos ao cooperativismo de crédito têm evoluído a cada ano em Santa Catarina. Em relação ao período estudado, há o crescimento de quase 120% de cooperados. Dentre os participantes, as mulheres se tornaram mais ativas recentemente e os jovens representam $\frac{1}{4}$ do quadro de cooperados das cooperativas de crédito do Estado catarinense. Apesar desta evolução, em 2005 os cooperados do ramo crédito não representaram nem 5% da população total de Santa Catarina.

5.2 QUADRO DE FUNCIONÁRIOS

Pôde-se observar uma evolução DE 113% no número total de funcionários que as cooperativas catarinenses contrataram no período de 2002 a 2006, passando de 791 para 1685. No ano de 2003 existiam 24,65% de funcionários a mais do que no ano anterior. Porém, em 2004, há um ingresso de mais 22,21%, em relação a 2003. Em 2005, a inserção de novos funcionários no quadro das cooperativas foi de 18,50% a mais do que o ano anterior. E por último, em 2006, as novas contratações aumentaram em 18% comparadas a 2005.

Segundo a Tabela 3, durante o período estudado, 2002 a 2006, houve um crescimento de 94,38% de contratações de funcionários com nível superior. Os formados em administração são os mais requisitados. Dos formados, em 2002, representavam 36,88%, e no final do período, em 2006, 47,27%. Depois dos administradores, os contadores foram os mais contratados durante o período. Nos anos de 2002 e 2003, havia mais contadores do que administradores, porém a partir de 2004 esse quadro mudou.

Tabela 3: Quadro de Funcionário das Cooperativas Catarinenses

Profissional	2002	2003	2004	2005	2006
Nível Superior					
Administrador de Empresas	59	77	112	139	147
Advogado	3	4	7	5	21
Assistente Social	1	4	2	1	2
Comunicador	2	3	7		1
Contador	72	100	106	99	111
Economista	21	17	23	23	20
Engenheiro Agrônomo	1	4	4	4	6
Jornalista	1	3		3	3
Veterinário				1	
Nível Médio e outros					
Técnico em Agropecuária	19	25	23	37	36
Técnico em Cooperativa	1				2
Demais	611	749	921	1.116	1.336
Total	791	986	1.205	1.428	1.685

Fonte: OCESC, 2006

5.3 ORIGEM DOS RECURSOS E EMPRÉSTIMOS

Assim como os bancos comerciais, as cooperativas também possuem na sua lista de produtos, o serviço de empréstimos aos cooperados. Estes empréstimos são concedidos através da utilização de cinco categorias de recursos: próprios; depósitos à vista; depósito a prazo; repasse e outros, conforme a Tabela 4 abaixo.

Tabela 4: Origem dos Recursos (em R\$)

Tipo	2.002	2.003	2.004	2.005	2.006
Próprios	106.021	115.690	198.077	278.774	305.285
Depósitos a vista	95.988	299.187	123.198	396.614	306.061
Depósitos a prazo	390.188	583.859	782.885	1.108.452	1.486.142
Repases	74.719	115.810	142.175	192.792	188.060
Outros	11.921	30.157	21.792	16.438	41.689
Total	678.837	1.144.703	1.268.126	1.993.069	2.327.238

Fonte: OCESC, 2006

Os recursos próprios são aqueles vinculados a integralização de cotas. Nota-se que no período analisado houve uma evolução da utilização desses recursos de 187,95%, passando de R\$106.021, 00 para R\$305.285,00.

Os depósitos à vista também foram bastante utilizado neste período. Conforme o a Tabela 4, de 2002 a 2003 houve um crescimento de 211,69%, passando de R\$95.988,00 para R\$299.187,00. De 2003 para 2004 registrou-se uma queda, porém novas evoluções ocorreram nos anos de 2005 e 2006.

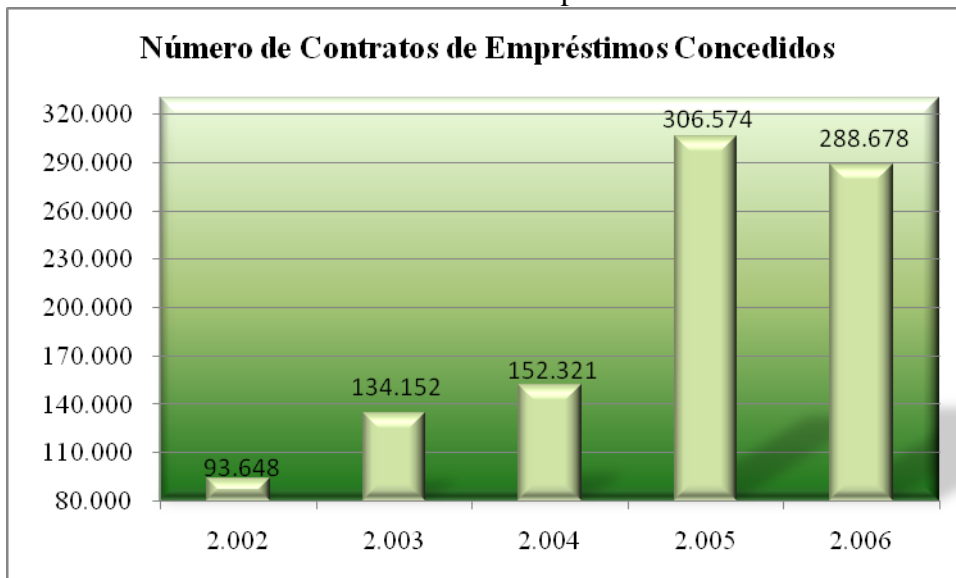
Outra fonte de recurso, e a mais utilizada, é o depósito a prazo, aplicações dos cooperados nas cooperativas. Conforme a Tabela 4, o depósito a prazo sempre representou, neste período, no mínimo 51% do total dos recursos destinados a empréstimos. Também verifica-se a evolução de 280,88% da utilização deste recurso.

O menos utilizado é o repasse, solicitação de empréstimo da cooperativa a central. Apesar de sua proporção ser inferior aos demais tipos de recursos, houve uma evolução na participação do repasse, no período estudado, de 151,69%.

Verifica-se que nestes cinco anos, as cooperativas de crédito do Estado catarinense contaram com um acréscimo de 242,83% de recursos, uma vez que em 2001 registrou a utilização de R\$678.837,00 e em 2006, R\$2.327.238,00.

Estes recursos permitem que as cooperativas de crédito efetuem empréstimos a seus cooperados. Os dois gráficos abaixo têm como finalidade demonstrar o número de contratos realizados e o montante de empréstimos concedidos, respectivamente.

Gráfico 12: Número de Contratos de Empréstimos Concedidos



Fonte: OCESC, 2006

Segundo o Gráfico 12 pôde-se observar um incremento de 208,26% de empréstimos concedidos entre os anos de 2002 e 2006. Entre os primeiros anos, 2002 a 2003, o aumento foi de 43,25%. No ano seguinte, 2004, foi de 13,54% e em 2005, o ápice do período analisado, foi registrado um crescimento de 101,27%. Em contrapartida, o último ano teve-se um decréscimo de 5,84% em relação a 2006.

A Tabela 5 ilustra a evolução da taxa de juros referente ao crédito pessoal aplicada pelas instituições financeiras no país de 2002 ao mês de junho de 2007. Nota-se que desde

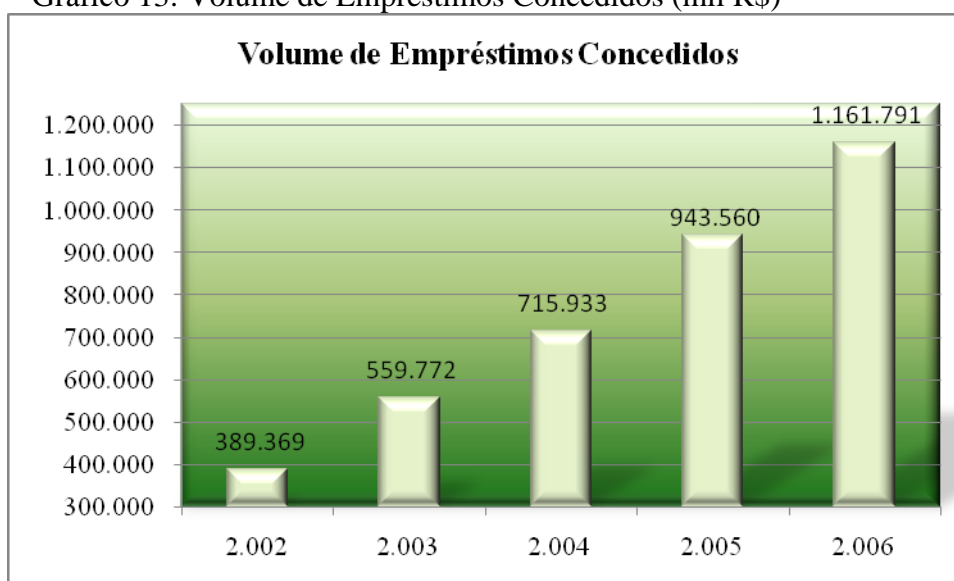
2004 as instituições financeiras vêm apresentando taxas de juros cada vez menores. Apesar de apresentar em 2007 taxas em torno de 3,64%, as cooperativas ainda contam com taxas, de acordo com dados do Bacen, entre 1,3 % a 2,5% dependendo da modalidade do empréstimo.

Tabela 5 – Taxas de juros praticadas pelas instituições financeiras. (em %)

Ano	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Taxa de Juros	5,27	5,55	4,70	4,49	4,11	3,64

Fonte: Bacen, 2007

Gráfico 13: Volume de Empréstimos Concedidos (mil R\$)



Fonte: OCESC, 2006

O gráfico 13 ilustra o volume de empréstimos concedidos entre o período analisado. De 2002 para 2003 houve um aumento no volume de empréstimos de 43,74%. Em 2004, registrou um crescimento de 27,90%, em 2005 31,79% e por fim, em 2006, um acréscimo de 23,13%. Observa-se uma evolução do volume de empréstimos concedidos de 198,38% no o período analisado.

Os empréstimos estão divididos em duas categorias, as de fim rural e urbano. Os empréstimos rurais estão subdivididos em Crédito Rural de Custeio e Crédito Rural de Investimento. A Tabela 6 identifica a quantidade de contratos de empréstimos realizados pelas cooperativas de crédito catarinense na área rural.

Tabela 6: Número de Contratos de Empréstimos Concedidos na Área Rural

Ano	2002	2003	2004	2005	2006
Tipo de Crédito					
Crédito Rural Custeio Agrícola	8.388	11.651	9.206	10.894	13.954
Crédito Rural Custeio Pecuário	1.600	3.099	1.065	1.468	6.119
Crédito R. Custeio Comercialização	1	623	63	7	179
Total Crédito Rural Custeio	9.989	15.373	10.334	12.369	20.252
Crédito Rural Investimento Agrícola	1.366	3.517	1.567	1.891	9.617
Crédito Rural Investimento Pecuário	2.472	2.439	1.780	2.547	5.522
Total Crédito Rural Investimentos	3.838	5.956	3.347	4.438	15.139

Fonte: OCESC, 2006

Em relação ao custeio agrícola, pode-se dizer que houve um crescimento do número de contratos de 66,36% no período estudado. Em 2003 registrou um aumento de 38,90% em relação ao ano anterior. Uma queda foi verificada em 2004, e em 2005 o crescimento foi de 18,34%. No último ano, 2006, o aumento do número de contratos de custeio foi de 28,09%.

A quantidade de empréstimo vinculada ao custeio pecuário apresentou um crescimento superior ao do agrícola. Apesar da queda de 2004 e da pequena quantidade em 2005, em 2003 o aumento foi de 93,69%. O maior crescimento foi verificado em 2006, 6.119 empréstimos concedidos nesta área.

Em 2002, registrou-se apenas 1 contrato de empréstimo referente ao custeio de comercialização. Porém, em 2003 houve um crescimento de 622 contratos. Este total foi imbatível até o final do período estudado.

O segundo subitem, crédito rural de investimento, é dividido em agrícola e pecuário. No primeiro, os anos de 2003 e 2006 registraram grandes evoluções na quantidade de empréstimos cedidos aos cooperados. Apesar dos números superiores aos empréstimos de crédito rural de investimento agrícola, o pecuário registrou crescimento inferior. Apenas em 2006 a quantidade de empréstimo agrícola foi superior ao pecuário.

Do total de empréstimos concedidos na área rural, em todos os anos registrou-se uma quantidade superior destinada ao crédito rural de custeio.

A Tabela 7 informa o montante de empréstimos concedidos nas áreas citadas acima.

Tabela 7: Valores dos Empréstimos Concedidos na Área Rural (em mil R\$)

Tipo de Contrato \ Ano	2002	2003	2004	2005	2006
Crédito Rural Custeio Agrícola	48.452	92.699	124.095	132.099	115.561
Crédito Rural Custeio Pecuário	18.207	21.676	22.816	20.957	36.485
Crédito R. Custeio Comercialização	12	1.589	1.992	546	2.182
Total Crédito Rural Custeio	66.671	115.964	148.902	153.603	154.227
Crédito Rural Investimento Agrícola	13.684	15.822	24.174	32.587	33.261
Crédito Rural Investimento Pecuário	12.202	11.635	17.759	25.816	34.671
Total Crédito Rural Investimentos	25.886	27.458	41.933	58.403	67.932

Fonte: OCESC, 2006

Assim como a quantidade de empréstimos concedidos aos cooperados catarinenses, o montante emprestado foi superior no item crédito de custeio. O total emprestado em 2006 representou mais do que o dobro de 2002. O maior crescimento ocorreu em 2003, 54,96%.

Crédito urbano é o outro segmento, o qual divide-se em 6 subitens: desconto de recebíveis; crédito direto ao consumidor; crédito de aquisição de bens de consumo duráveis; crédito pessoal; capital de giro e empréstimo a cooperativa, que são demonstrados nas Tabelas 8 e 9.

Tabela 8: Número de Contratos de Empréstimos Concedidos na Área Urbana

Tipo de Contrato \ Ano	2002	2003	2004	2005	2006
Desconto de Recebíveis	18.886	22.140	68.457	168.501	118.850
Crédito Direto ao Consumidor	1.166	6.943	6.249	10.535	6.224
Crédito Aquisição Bens C.Duráveis	8.487	11.716	16.847	10.929	29.213
Crédito pessoal	22.760	30.423	34.546	73.826	53.089
Capital de giro	3.626	6.454	5.049	14.559	8.648
Empréstimo a Cooperativa	13.048	978	49	310	4.218
Outros	11.848	34.170	7.443	11.107	33.045
Total	79.821	112.824	138.640	289.767	253.287

Fonte: OCESC, 2006

Tabela 9: Valores dos Empréstimos Concedidos na Área Urbana (R\$ mil)

Tipo de Contrato	Ano				
	2002	2003	2004	2005	2006
Desconto de Recebíveis	49.440	76.092	114.953	196.400	152.973
Crédito Direto ao Consumidor	10.394	12.993	18.471	37.397	20.372
Crédito Aquisição Bens C.Duráveis	37.982	96.304	153.986	127.881	248.208
Crédito pessoal	64.830	102.434	145.424	245.852	316.244
Capital de giro	34.165	34.854	34.191	43.391	102.866
Empréstimo a Cooperativa	23.166	6.399	5.520	21.843	19.742
Outros	76.835	87.275	52.551	58.789	79.226
Total	296.812	416.351	525.096	731.553	939.631

Fonte: OCESC, 2006

Comparando 2002 com 2006, chega-se a conclusão que houve um aumento de quase 100.00 no número de contratos de empréstimos referente a desconto de recebíveis. O montante também surpreende, pois em 2002 foram emprestados R\$ 49.440,00 e em 2006, final do período, o valor total foi R\$ 152.973,00.

O montante de empréstimo concedido na modalidade crédito direto ao consumidor evoluiu durante todo o período, exceto no último ano. Em 2006 a modalidade apresentou uma queda de 54,47%. Em relação a quantidade de contratos concedidos, registrou-se uma queda nos anos de 2004 e 2006.

A evolução da quantidade e o volume de empréstimos concedidos na modalidade crédito para aquisição de bens de consumo duráveis foi a mesma. Em ambos os casos, houve queda em 2005, porém seus valores foram superados em 2006.

Verifica-se, em relação ao crédito pessoal, que em 2005 o número de empréstimo concedido mais que duplicou, chegou a 73.826, comparado a 2004, 34.546 contratos. Apesar da queda de 20.737 contratos em 2006, seu volume foi superior ao de 2005 em 28,63%.

No caso do capital de giro, de 2002 a 2003 a quantidade de empréstimo quase duplicou, porém o volume emprestado seguiu praticamente constante. Em 2005 o número de contratos quase triplicou, enquanto que o montante emprestado evoluiu em 26,91%. Apesar de uma considerável queda de empréstimos em 2006, o valor total emprestado quase dobrou neste mesmo ano.

Em relação aos empréstimos às cooperativas, pode-se dizer que é uma nomenclatura utilizada pela própria OCESC para definir empréstimos de cooperativas de crédito às agropecuárias.

Conclui-se que no final do período houve uma queda na quantidade total de empréstimos concedidos pelas cooperativas de crédito, ao passo que o montante emprestado se elevou. No intuito de obter uma visão da proporção de valores emprestados, segue a Tabela 9 que identifica as operações de crédito realizadas em Santa Catarina nos anos de 2004 e 2005.

Tabela 10: Número de Operações de Crédito em Santa Catarina

Item	Ano	
	2004	2005
Operações de crédito	10.418.713.220,00	12.236.140.528,00

Fonte: IBGE, 2005

O montante das operações de crédito das cooperativas no Estado de Santa evoluiu em 31,79%, entre 2004 e 2005, enquanto que as operações de crédito de todo o Estado evoluíram em 17,44%. No ano de 2004, o montante das operações de crédito das cooperativas de crédito catarinense representou 6,87% do total do Estado. Em 2005 este número evoluiu para 7,71%.

6 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

6.1. CONCLUSÃO

Em todos os ramos o cooperativismo tem apresentado, ao longo de sua história, um crescimento baseado na consolidação de seu sistema no âmbito estadual, nacional e mundial. Ocorreu no Brasil, devido a interesses egoístas e políticos de algumas pessoas, a liquidação de quase todas as cooperativas de crédito durante a Ditadura Militar. Devido a pessoas capacitadas e interessadas no assunto, o cooperativismo de crédito ressurgiu ainda mais forte e eficiente. Os Princípios Cooperativistas não foram esquecidos e continuaram sendo aplicados nas cooperativas, fato que nem sempre ocorria antes da deterioração do cooperativismo décadas atrás.

Verificou-se que o país possui ao todo 7.518 cooperativas, sendo que 1.101 delas são do ramo crédito. No total são 6.835.424 cooperados, sendo que 2.202.305 pertencem as cooperativas de crédito. Ou seja, 14,64% das cooperativas brasileiras pertencem ao ramo crédito e 32,22% dos adeptos ao cooperativismo contribuem no quadro de cooperados das cooperativas de crédito.

Em Santa Catarina há registros de 252 cooperativas, sendo que 64 delas são de crédito. Em relação aos cooperados, todas as categorias de cooperativas somam 670.028 adeptos, dentro deles 251.544 seguidores do ramo crédito. A soberania do ramo crédito é evidente, mesmo porque o Sistema de Cooperativas de Crédito é o mais consolidado no país. Os dados catarinenses apontam que nenhum ramo possui mais cooperativas e nem mesmo mais cooperados do que o crédito. Em relação às cooperativas, a categoria crédito representa 25,40% do total, e a atribuição em quantidade de cooperados do ramo é de 37,54% do total.

Ao cruzar os dados entre Brasil e Santa Catarina, verifica-se que o Estado representa 3,35% das cooperativas e 5,81% dos cooperados do total nacional. Mas ao se referir ao cooperativismo de crédito, a participação do Estado é maior, 9,80% das cooperativas nacionais pertencem ao Estado e 11,42% dos cooperados são catarinenses.

Apesar do número de cooperativas de crédito no Estado catarinense ter estagnado durante este período de análise, entre os anos de 1992 a 2001 o crescimento foi acelerado. No primeiro ano, o Estado contava com 22 cooperativas e em 2001 o número passou para 63, sendo 64 atualmente. Também é relevante informar que não foram constituídas novas

cooperativas nestes últimos anos, porém novos postos de atendimento foram abertos, devido ao crescimento das próprias cooperativas, comprovando a eficiência das já existentes.

Quanto ao número de cooperados, o Sistema Cooperativo de Crédito só tem agregado cada vez mais adeptos ao movimento. Registrou-se, no início do período analisado a existência de 131.907 cooperados, número que elevou-se para 291.230 em 2006. Durante cinco anos as cooperativas de crédito catarinenses receberam mais 159.323 novos cooperados.

Apesar do aumento do número de adeptos ao cooperativismo de crédito, a proporção de cooperados em relação ao número de habitantes no Estado catarinense é muito pequena. Em 2002, os cooperados representavam apenas 2,36% da população catarinense. Nos anos seguintes, 2003 e 2004 houve um pequeno aumento na participação da população para 2,95% e 3,76%, respectivamente. Há a expectativa de elevação para 4,29%, considerando a perspectiva da população estimada pelo IBGE para o ano de 2005.

A ausência de marketing pode ser um dos motivos para uma participação tão reduzida da sociedade catarinense em relação ao cooperativismo de crédito. Pelo fato das cooperativas não visarem o lucro, elas optam pela propaganda “boca a boca”. Outro fator explicativo quanto à ausência de marketing é a crença na Educação Cooperativista. Os cooperativistas defendem a idéia de que os ensinamentos do movimento devem ser aplicados ainda quando crianças.

Outra hipótese para a pequena participação é a da lembrança da história das frágeis cooperativas de décadas atrás. Cooperativas que não eram constituídas para prosperar com base na solidariedade e na ajuda - mútua. Em muitos casos, as cooperativas de crédito significavam um atalho para aqueles que queriam abrir um banco ou uma agência bancária em uma região ainda não aprovada pelo Ministério da Fazenda. Ou pior, o presidente da cooperativa fugir com o capital integralizado de todos os cooperados.

Apesar da estagnação do número de cooperativas e de uma pequena parcela da população catarinense inserida no Movimento Cooperativista, verifica-se que as operações de crédito vêm aumentando. Em 2002, registrou-se a existência de 93.648 empréstimos concedidos, que somavam o total de R\$ 389.369.000,00. Um ano depois, verificou crescimento de empréstimos e de seu montante para 134.152 e R\$ 559.772.000,00, respectivamente. No final do período, foram concedidos 288.678 empréstimos que somavam R\$ 1.161.791.000,00.

Conforme os dados coletados, as cooperativas de crédito no Estado catarinense vêm ampliando sua participação nas operações de crédito. Em 2004, as cooperativas de crédito catarinenses foram responsáveis por 6,87% dos valores de empréstimos concedidos no

Estado. Em 2005, a participação elevou-se para 7,71% do total. Outro dado relevante é a evolução do montante das operações de crédito realizadas no Estado catarinense durante 2004 e 2005, apenas 17, 44%. Em contrapartida, o crescimento do volume de operações das cooperativas de crédito no Estado foi de 31,79%.

Assim como os bancos mercantis, as cooperativas disponibilizam linhas de crédito para seus cooperados. As cooperativas atendem a área rural com empréstimos de custeio e investimento, e também beneficiam a área urbana com linhas como crédito pessoal, capital de giro, desconto de recebíveis, entre outros. Este aumento da procura de operações de crédito realizadas na cooperativa evidencia a preferência dos cooperados pelo melhor atendimento, pelas menores taxas administrativas, pelas menores taxas de juros e pela menor burocracia.

Verifica-se, portanto, que o ideal cooperativista tem sido aplicado no Estado catarinense. Através da participação das cooperativas, os catarinenses obtêm acesso ao mercado financeiro, o que para muitos era impossível devido às exigências dos bancos comerciais. Além da conta bancária com taxas reduzidas ou até inexistentes, os cooperados têm acesso a empréstimos para aquisição de bens ou pagamento de dívidas adquiridas. É a oportunidade da organização financeira dos cooperados, através da solidariedade e ajuda mútua. As empresas e os agricultores podem investir em expansão da produção e de serviços através das linhas de empréstimos concedidos com taxas reduzidas. Deve-se considerar que apesar de pagar juros para as cooperativas de crédito, por menores que sejam o lucro das cooperativas retornam para os cooperados no final do exercício.

Apesar da inexistência de dados mais detalhados, pode-se inferir que as cooperativas de crédito catarinenses têm auxiliado o Estado no âmbito econômico e social. A expansão das próprias cooperativas que necessitam de mão-de-obra, e que cada vez mais tem contratado funcionários formados e capacitados para as funções, é um exemplo para os jovens catarinenses em relação a educação superior. O crescimento de adeptos e das operações de crédito nas cooperativas de crédito catarinenses identificam a possibilidade de maior consumo, alavancando o comércio da região. Para as empresas as operações de crédito com taxas reduzidas significam oportunidades de crescimento além do limite de sua região, seja com aumento do estoque, maior produção ou com contratação de novos funcionários. O agricultor que tem acesso a instituição financeira e incentivo para expandir. E acima de tudo, o ideal cooperativista que traça a solidariedade e a ajuda mútua no âmbito financeiro no intuito de alcançar o bem-estar social.

6.2 RECOMENDAÇÕES

Recomenda-se para pesquisas futuras, um estudo de caso de uma cooperativa de crédito específica, tendo como foco a análise entre os benefícios oferecidos pela cooperativa e os oferecidos pelos bancos privados aos cooperados.

Através da elaboração e aplicação de questionário estruturado, poderá ser possível ter acesso a informações quanto às reais necessidades dos cooperados e suas preferências quando comparadas aos produtos e serviços prestados pelos bancos comerciais. Somando-se os dados obtidos com a aplicação do questionário e as informações internas da própria cooperativa, permitirá que ao final do estudo seja apresentado o impacto econômico sob a ótica dos cooperados, considerando-se um dado período de tempo.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALIANZA COOPERATIVA INTERNACIONAL PARA LAS AMÉRICAS. Disponível em <<http://www.aciamericas.coop>>. Acesso em: 03 maio 2007.

Banco Central do Brasil. Disponível em <http://www.bcb.gov.br>. Acesso em 07 agosto 2008.

Banco Cooperativo do Brasil. Disponível em <<http://www.bancoob.com.br>>. Acesso em: 22 junho 2007

BENATO, João Vitorino Azolin. **O ABC do cooperativismo**. São Paulo: ICA, 1994.

CARDOSO, Priscila Regina. **Cooperativismo**: análise das finalidades e da qualidade dos serviços de uma cooperativa médica em Florianópolis - SC. 2005. 100 f. Monografia (Graduação em Economia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO LTDA. Disponível em <<http://www.confefras.com.br>>. Acesso em: 12 julho 2007.

Cooperativa Central de Crédito Urbano de Santa Catarina. Disponível em <<http://www.cecred.coop.br>>. Acesso em: 12 julho 2007.

Cooperativa de Crédito Vale do Itajaí. Disponível em <<http://www.viacredi.coop.br>>. Acesso em: 06 agosto 2007.

Cooperativa de Crédito Mútuo dos Empregados CECRISA. Disponível em <<http://www.cecrisacred.coop.br>>. Acesso em: 06 agosto 2007.

Cooperativa de Crédito dos Empregados do Sistema FIESC. Disponível em <<http://www.credifiesc.coop.br>>. Acesso em: 06 agosto 2007.

Cooperativa de Crédito Têxtil. Disponível em <<http://www.creditextil.coop.br>>. Acesso em: 06 agosto 2007.

Cooperativa de Crédito Mútuo dos Micro e Pequeno Empresários do Vale do Itajaí. Disponível em <<http://www.concredi.coop.br>>. Acesso em: 06 agosto 2007.

Cooperativa de Crédito CREDCREA. Disponível em <[http:// www.credcrea.coop.br](http://www.credcrea.coop.br)>. Acesso em: 06 agosto 2007.

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos e Profissionais da Área da Saúde da Grande Florianópolis. Disponível em <[http:// www.unicred-florianopolis.com.br](http://www.unicred-florianopolis.com.br) >. Acesso em: 03 agosto 2007.

CORRÊA, Hélcio Carlos. **Proposta de criação de uma Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo para os Servidores da Polícia Militar de Santa Catarina**. 2000. 67 f. Monografia (Graduação em Administração) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Fundação Friedrich Naumann, Bonn – Bad Godesberg. **A problemática cooperativista no desenvolvimento econômico**. São Paulo: [s.n.], 1974.

IBGE. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 08 agosto 2007.

KLAES, Luiz Salgado. **Cooperativismo e ensino á distância**. 2005. 270 f. Tese (Pós – Graduação em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

_____. **O ideário cooperativo e sua influência no movimento e na legislação cooperativista brasileira**. 1982. 247 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1982.

MACPHERSON, Ian. **Princípios Cooperativos para o Século XXI**. Florianópolis: Coan, 2003.

MENEZES, Antônio. **Cooperativa de crédito: o que é e quais seus benefícios**. Brasília: CONFEBRÁs, 2004.

MUNHOZ, Dercio Garcia. **Economia aplicada: técnicas de pesquisa e análise econômica**. Brasília: Ed. UnB, 1989.

OLIVEIRA, Nestor Braz de. **Cooperativismo: guia prático**. Porto Alegre: Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos, 1979.

OLIVEIRA, Margarete das Graças Spada de. **Inteligência competitiva e cooperativismo de crédito**. 2004. 126 f. Tese (Pós – Graduação em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

_____. Disponível em <<http://www.brasilcooperativa.com.br>>. Acesso em: 28 julho 2007.

OCB. **O cooperativismo brasileiro: uma história**. Ribeirão Preto: Versão Br Comunicação e Marketing, 2004. 151 p.

_____. **Relatório de atividades**. Brasília, 2006.

OCESC. Disponível em <<http://www.ocesc.org.br>>. Acesso em: 28 julho 2007.

_____. **O cooperativismo catarinense**. Florianópolis, 2003.

_____. **O cooperativismo ao alcance de todos**. Florianópolis, 2003.

PINHEIRO, Marcos Antônio Henriques. **Cooperativas de crédito: história da evolução normativa no Brasil**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2006.

PINHO, Diva Benevides. **Economia e cooperativismo**. São Paulo: Saraiva, 1977.

PINHO, Diva Benevides; PALHARES, Valdecir Manoel Affonso. **O cooperativismo de crédito no Brasil do século XX ao século XXI**. São Paulo: CONFEBRÁS, 2004.

PEREIRA, Melissa Mafioletti. **Cooperativismo: a educação cooperativa nas cooperativas de crédito**. 2003. 100f. Monografia (Graduação em Administração) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.

SEBRAE. Disponível em <www.sebrae.com.br>. Acesso em: 13 julho 2007.

SCHWARZ FILHO, Hélio José. **Análise do processo de crédito da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo das Instituições de Ensino da Região Metropolitana de Florianópolis - CREDTEC**. 1999. 91 f. Monografia (Graduação em Administração) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil. Disponível em <[http:// www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br)>. Acesso em: 28 julho 2007.

TEMP, Luiz Hilton. **Cooperativismo idéias e tendências**. Rio de Janeiro: Gráfica Arcus, 2004.